AVISO DE

PREGÃO ELETRÔNICO

022/2026

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOBIAS BARRETO - SE

OBJETO

Registro de Preços para eventual e futura aquisição de materiais e equipamentos de informática destinados à infraestrutura das Secretarias e Departamentos Municipais de Tobias Barreto/SE e Órgãos Participantes.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R$ 1.399.978,63 (um milhão, trezentos e noventa e nove mil, novecentos e setenta e oito reais e sessenta e três centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 10/12/2026 às 09:00h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA

ABERTO

PLATAFORMA

www.licitanet.com.br

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 022/2026.

Modo de Disputa Aberto

1. PREÂMBULO:

1.1. Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **Prefeitura Municipal de Tobias Barreto, Estado de Sergipe**, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº **001/2026 de 05 de janeiro de 2026**, realizará licitação, para **registro de preços**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA,** com critério de julgamento **menor preço por item,** objetivando o Registro de Preços para eventual e futura aquisição de materiais e equipamentos de informática destinados à infraestrutura das Secretarias e Departamentos Municipais de Tobias Barreto/SE e Órgãos Participantes, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência, ANEXO I deste Edital e demais anexos.

1.2. A presente licitação será regida pela: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal Nº 1608/2024, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar n.º 147, de 07 de agosto de 2014, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, IN SEGES/ME Nº 73/2022, do Decreto Municipal N° 1487/2022, em sua redação atualizada, Lei Ordinária N° 1279/2023 e Portaria nº 375/2024, bem como pelas condições estabelecidas neste instrumento.

1.3. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: **https://licitanet.com.br/**.

2. DO ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DO CERTAME

2.1. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta por comando do(a) Pregoeira(a), com a utilização de sua chave de acesso e senha no endereço eletrônico, data e horário abaixo discriminados:
Início de Acolhimento das Propostas Comerciais: 26/11/2026 (vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e seis) a partir das 13:00h (treze horas) – Horário de Brasília
Limite de Acolhimento das Propostas Comerciais: 10/12/2026 (dez de dezembro de dois mil e vinte e seis) às 09:00h (nove horas) – Horário de Brasília
Abertura das Propostas Comerciais e da Sessão do Pregão eletrônico: 10/12/2026 (dez de dezembro de dois mil e vinte e seis) às 09:00h (nove horas) – Horário de Brasília.

2.2. Do Provedor do Sistema Eletrônico Utilizado:

2.2.1. O Provedor do Sistema Eletrônico para este Pregão será o **Licitanet Licitações On-Line**, através do site **https://licitanet.com.br/**, onde poderão ser acessados este Edital e seus anexos.

2.2.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação em contrário informada pela Pregoeira.

2.3. Formalização de Consultas e Informações

2.3.1. Observado o prazo legal, o licitante poderá formular consultas por e-mail, informando o número da licitação.
2.3.2. Para maiores esclarecimentos deste Edital, informa-se:

a. Endereço do setor de licitação: Praça Dom José Thomaz, 222, 1º Andar, Tobias Barreto, Centro. CEP: 49.300-000. Tobias Barreto/SE.

b. Horário de atendimento ao público: 7:00h às 13:00h, de segunda-feira a sexta-feira.

c. Referência de tempo: horário de Brasília/DF

d. Sites: http://www.tobiasbarreto.se.gov.br/licitacoes e https://www.licitanet.com.br.

e. Número do Telefone: (79) 3541-2067.

2.4. Anexos

2.4.1. Anexo I – Termo de Referência

2.4.2. Anexo II - Minuta Ata de Registro de Preços

2.4.3. Anexo III – Minuta do Contrato

2.4.4. Anexo IV – Matriz de Risco

3. DO OBJETO

3.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para eventual e futura aquisição de materiais e equipamentos de informática destinados à infraestrutura das Secretarias e Departamentos Municipais de Tobias Barreto/SE e Órgãos Participantes, conforme especificação e quantidade constante no termo de referência, ANEXO I deste Edital e demais anexos.

3.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

3.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

4. DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

4.1.1. GERENCIADOR: O Órgão Gerenciador será o Prefeitura Municipal de Tobias Barreto, CNPJ n° 13.119.300/0001-36.

4.1.2. PARTICIPANTES: Os Órgãos Participantes são:

- Fundo Municipal de Saúde; e
- Fundo Municipal de Assistência Social.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários será feita quando da formalização do instrumento contratual e/ou de outro instrumento hábil congênere, na forma do art. 17, do Decreto Federal n° 11.462, de 31 de março de 2023 c/c § 5º, do Art. 7º, do Decreto Municipal Nº 1.608/2024.

6. DO CREDENCIAMENTO JUNTO A LICITANET – LICITAÇÕES ON-LINE

6.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de Home Broker, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital:
6.1.1. Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site https://licitanet.com.br/.
6.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
6.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.
6.1.4. O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2005, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
6.1.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7. DA PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos, e que detenham atividade compatível e pertinente com o seu objeto.
7.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2005, na conformidade do item 8, deste edital.
7.3. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário impedimento da proponente, no referido certame.
7.4. Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do Anexo I (Termo de Referência).
7.5. Como requisito para participação no pregão eletrônico o licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do Anexo I (Termo de Referência).
7.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Lei Federal nº 14.133/21.

7.7. Poderão participar deste pregão eletrônico:

7.7.1. Somente poderão participar deste pregão eletrônico, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site https://licitanet.com.br/.

7.7.2. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.
7.7.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo da Prefeitura Municipal de Tobias Barreto, em nenhum caso, responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão.
7.7.4. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.
7.7.5. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site https://licitanet.com.br/.
7.7.6. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
7.7.7. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou da Prefeitura Municipal de Tobias Barreto, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.
7.7.8. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.
7.8. Não poderão disputar esta licitação:
7.8.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
7.8.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
7.8.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
7.8.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
7.8.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
7.8.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
7.8.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
7.8.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
7.8.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
7.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição; e
7.8.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam

configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. O impedimento de que trata o item 7.8.2. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 7.8.2. e 7.8.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

7.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

7.12. O disposto nos itens 7.8.2. e 7.8.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

7.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.14. A vedação de que trata o item 7.8.5. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

7.15. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

7.16. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país.

7.17. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país.

7.18. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital. Admitem se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração da proposta de preços.

7.19. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

7.20. Os fornecedores deverão manter, durante toda a vigência da ata de registro de preços, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.21. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2005 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo(a) Pregoeira(a) ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

8. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS EMPRESAS ENQUADRADAS COMO MICROEMPRESA – ME E EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP

8.1. Será observado e assegurado tratamento diferenciado concedido às Microempresas – ME e às Empresas de Pequeno Porte – EPP na participação em certames licitatórios deste Município de Tobias Barreto, conforme determina a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2005, em especial o previsto nos artigos 43 a 45 da referida lei e a Lei Complementar n.º 147 de 07 de agosto de 2014.

8.2. Será desclassificada/inabilitada a empresa que fizer uso dos benefícios concedidos às Microempresas – ME e às Empresas de Pequeno Porte – EPP por ocasião de participação em certames licitatórios deste Município, quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2005, no ano fiscal anterior, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos na referida lei.
8.2.1. A utilização indevida dos benefícios concedidos pela Lei Complementar n.º 123/2005 **configura fraude ao certame**, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com o Município de Tobias Barreto, nos termos do Item – SANÇÕES.
8.3. As Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
8.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme dispõe o art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/2005, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 147/2014;
8.5. A não regularização da documentação no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
8.6. Será assegurado como **critério de desempate** a preferência de contratação para as Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, conforme esclarecimentos abaixo:
8.6.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP sejam iguais ou até **10% (dez por cento) superiores** à proposta mais bem classificada;
8.7. Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2005, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
8.7.1. a Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
8.7.2. não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso

I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
8.7.3. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
8.8. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da Lei, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
8.9. O disposto no artigo 45 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
8.10. No caso desta modalidade, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de **5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances**, sob pena de preclusão.
8.11. Do Direito de Preferência – Nos termos do Decreto Municipal nº 1549/2023, de 14 de junho de 2023, e, justificadamente, visando à promoção do desenvolvimento econômico no âmbito local e,

subsequentemente, regional, será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local e, em não havendo a possibilidade em se conceder à preferência a estes, passar-se-á, então, às empresas regionais, até o limite de dez por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos**:**

8.11.1. Aplica-se o acima disposto nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço**;**

8.11.2. A microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor**;**

8.11.3. *Na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada com base no item 8.11.2, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação do item 8.11.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito*;

8.11.4. *No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta*;

8.11.5. *Para efeitos da aplicação da margem de preferência, considera-se*:

8.11.6. *Âmbito local - sede e limites geográficos deste Município, na forma do Decreto Municipal nº 1549 e 1550/2023;*

a) **8.11.6.1.** Os municípios compreendidos num raio de até 120 Km do presente município de Tobias Barreto/SE.

8.11.5. Ao final dos lances, será solicitado pelo (a) Pregoeira(a) a manifestação das empresas devidamente cadastradas como Microempresa/Empresa de Pequeno Porte àquelas sediadas local ou regionalmente, e que que estejam com oferta (último lance) com valor até 10% acima do valor da melhor proposta para que se possa verificar a ocorrência de eventual empate ficto e aplicar o direito de preferência previsto no item 8.11 deste Edital.

9. DAS ATRIBUIÇÕES DO(A) Pregoeira(a) E DEMAIS

9.1. O certame será conduzido pelo(a) Pregoeira(a), que terá as seguintes atribuições:

9.1.1. Coordenar o processo licitatório;

9.1.2. Receber, examinar e decidir as impugnações e consulta ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;

9.1.3. Conduzir a sessão pública na internet;

9.1.4. Verificar a conformidade da proposta de preços com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

9.1.5. Dirigir a etapa de lances;

9.1.6. Verificar e julgar as condições de habilitação;

9.1.7. Receber, examinar e decidir os recursos, encaminhado à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

9.1.8. Indicar o vencedor do certame;

9.1.9. Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

9.1.10. Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a Adjudicação e a homologação.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: através da plataforma do "Licitanet", bem como através do e-mail: licitacao@tobiasbarreto.se.gov.br.
10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação, na forma do § 2°, do art. 16, da Instrução Normativo n° 73/2022.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
11.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (https://licitanet.com.br/), os documentos de **habilitação** exigidos no edital, quando solicitado ao licitante classificado provisoriamente em 1° (primeiro) lugar, em campo próprio do sistema, após o findo da fase anterior, **proposta** com a "*descrição detalhada do objeto ofertado*", incluindo **quantidade**, **preço** e a **marca** (conforme solicita o sistema), até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação.

11.2.1. As propostas registradas no Sistema **não devem conter nenhuma identificação da empresa proponente**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação da licitante na proposta registrada, esta será desclassificada pelo (a) Pregoeira(a).
11.2.2. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública.
11.2.3. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no portal e as especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência), prevalecerão às últimas.
11.2.4. Na Proposta de Preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.

11.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1. e 8.13.1 deste Edital.

11.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

11.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

11.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

11.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

11.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

11.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

11.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 11.4. e 11.5 ou 11.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

11.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

11.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

11.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

11.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

11.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

11.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

11.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

11.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

11.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, na forma do § 1°, art. 19, da Instrução Normativa SEGES n° 73, de 30 de setembro de 2022.

11.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e p ara o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

11.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

11.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

12. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

12.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

12.1.1. Valor unitário e total do item;

12.1.2. Marca;

12.1.3. Fabricante;

12.1.4. Quantidade Cotada;

12.1.5. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

12.1.4. Em se tratando de:

12.1.4.1. Serviços colocar a palavra "**serviços**", a expressão "**SV**" ou deixar em branco o campo marca.

12.1.4.2. Produtos fabricação própria colocar a expressão "**fabricação própria**".

12.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

12.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

12.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

12.6. Informa-se que o município reterá o valor da alíquota, correspondente à espécie do bem fornecido ou do serviço prestado – na forma preconizada pela IN RFB n°1.234/2012 –, concernente ao Imposto de Renda, ou seja, ficará retido na fonte ao qual incidirá sobre o(s) pagamento(s) efetuado(s) por este município ao fornecedor/contribuinte.

12.7. Na presente licitação, acaso as eventuais Microempresas e a Empresas de Pequeno Porte que optarem por se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, quando pertinente, sua documentação será remetida ao crivo de apreciação do setor técnico competente, para aferir a plausibilidade, ou não, na forma do art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

12.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

12.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

12.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

12.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 11.9.

12.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

12.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

12.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

13. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

13.1. No horário estabelecido neste Edital, o (a) Pregoeira(a) abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no item 11.2 do edital.

13.1.1. O(A) Pregoeira(a) poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo "**descrição detalhada do objeto**" do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), **desclassificando**, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

13.2. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexequível, o (a) Pregoeira(a) obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **desclassificará**.

13.2.1. O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexequível, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

13.3. As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo(a) Pregoeira(a).
13.4. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site https://licitanet.com.br/, conforme Edital.
13.4.1. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
13.4.2. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
13.4.3. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá obedecer ao valor informado na tabela constante no **Anexo I, Termo de referência**.
13.4.4. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
13.5. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
13.6. Considerando à adoção do modo de disputa "**aberto**", conforme item 12.1., do Termo de Referência, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

13.6.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
13.6.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
13.6.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
13.6.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o (a)Pregoeiro(a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

13.6.5. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R$), com **valores unitários e totais** com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, o(a) Pregoeira(a), poderá convocar no **chat mensagem** para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os **para menos** automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

13.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

13.7.1. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

13.8. Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, O(A) Pregoeira(a) poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;
13.9. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;
13.10. No caso de desconexão com O(A)Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;
13.11. O(A) Pregoeira(a), quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

13.12. Quando a desconexão do sistema eletrônico para O(A) Pregoeira(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeira(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site https://licitanet.com.br/

13.13. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

13.14. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

13.15. Em relação a itens **não** exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2005.

13.16. Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances;

13.17. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

13.18. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

13.19. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

13.20. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

13.21. O disposto no item 13.15 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

13.22. Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

13.22.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

13.22.2. Empresas brasileiras;

13.22.3. Empresas que possuam, no seu quadro de funcionário, ao menos, 08% (oito porcento), do quantitativo de seus funcionários, mulheres, comprovadamente, vítimas de violência doméstica, na forma da Nota Recomendatória TCE/SE N° 01/2024 c/c Decreto Federal N° 11.430, de 08 de março de 2023.

13.22.4. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

13.22.5. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País (art. 60, inciso III, da Lei nº 14.133/2021);

13.22.6. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

13.23. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas, na forma do §2º, do Art. 28, da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, de 30 de setembro de 2022.

13.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Pregoeira(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

13.25. O(a)Pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.26. No caso de bens e serviços em geral, será considerado inexequível, na forma do art. 34, da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 73, de 30 de setembro de 2022, o preço cotado inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Prefeitura.

13.26.1. No caso de serviços de engenharia, será considerado inexequível, na forma do art. 59, §4º da Lei nº. 14.133/21, o preço cotado inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Prefeitura.

13.26.2. Ainda em se tratando de serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com o § 5°, do Art. 59, da Lei Federal N° 14.133/21

13.27. Quando a Comissão considerar os preços praticados pelo licitante inexequíveis, de acordo com os padrões acima estabelecidos, deverá o licitante comprovar a exequibilidade dos mesmos, dentro de critérios técnicos (notas fiscais de serviços similares já prestados e contratos, e, ainda, planilha contábil para comprovar a exequibilidade dos preços praticados, após ressarcidos os custos operacionais, materiais e pessoais e demonstrando o cumprimento de todas as obrigações fiscais, trabalhistas, tributárias, legais, encargos, taxas e demais, e, ainda, auferir lucro, com o preço apresentado, por exemplo), no prazo de 24h (vinte e quatro horas), sob pena de desclassificação da proposta, se não o fizer, consoante Art. 59, inc. IV, da Lei nº 14.133/21 e Súmula nº 262 – TCU

13.28. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

13.28.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

13.28.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual, conforme al. “d5”, do item 2.6, do anexo V, da Instrução Normativa N° 005/2017.

13.28.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

13.28.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem

dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

13.28.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

13.29. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

13.29.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

13.29.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

13.30. O(A) Pregoeira(a) poderá solicitar parecer da Procuradoria Jurídica do Município e/ou de empresas que prestem assessoria a este Município para embasar suas decisões.

14. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1. O sistema gerará a proposta reformulada do licitante que ofertou o menor preço, **após o término da habilitação**, em conformidade com os lances eventualmente ofertados:

14.2. PRAZO DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, **60 (SESSENTA) DIAS**, a contar da data marcada para a abertura da presente licitação. Em caso de omissão, considerar-se-á aceito o prazo citado nesta alínea;

14.3. PREÇO UNITÁRIO E TOTAL PARA O OBJETO LICITADO, fixo e irreajustável, **limitado a 02 (duas) casas decimais,** numérico e por extenso, expresso em moeda nacional;

14.4. DECLARAÇÃO no corpo da proposta, de que o preço ofertado inclui todos os custos e despesas inerentes ao objeto licitado, tais como: **manutenção, seguro, equipamentos, impostos e taxas** e outro mais que possa influir direta ou indiretamente no custo do serviço. A falta de manifestação implicará em declaração de que todas as despesas já estão inclusas;

14.5. RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO, telefone/fax, número do CNPJ, banco, agência, número da conta corrente;

14.6. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

14.7. A empresa será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

14.8. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional pelo sistema eletrônico, o(a) licitante deverá preencher as informações no Campo "Informações Adicionais" ou anexá-las no campo apropriado do sistema do Licitanet, sob pena de **desclassificação** e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fardamento, materiais utilizados durante o período de **FORNECIMENTO**, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o objeto licitado.

14.10. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta inicialmente apresentada, salvo nos casos de ajustes de valores, após o encerramento da etapa de lances, se houver.

14.11. É obrigatória a indicação de marca do produto ofertado para efeito da análise da proposta, cabendo ao licitante interessado, indicar no sistema seus preços e marcas para cada item de seu interesse, sob pena de desclassificação.

14.12. A ausência de MARCA dos itens ofertados nesse processo, por se tratar de informação essencial para verificação de compatibilidade do ofertado com o licitado, será motivo para desclassificação.

15. DA HABILITAÇÃO

15.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeira(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

15.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

15.2. Será realizada, também, consulta do sócio majoritário no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS (http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis), por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

15.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do sistema, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

15.4 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

15.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

15.6. Encerrado o prazo para envio da documentação, seja no que se refere a proposta, seja no que se refere a habilitação, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da Pregoeira/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

15.6.1. A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

15.6.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

15.6.3. Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

15.6.4. Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

15.7. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação, ou desclassificação, conforme o caso.

15.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

15.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

15.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda

Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

15.9. A verificação pelo(a) Pregoeira(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

15.9.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

15.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

15.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

15.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

15.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeira(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

15.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.14. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

15.15. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

15.16. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos subitens 10.10. ao 12.28., do Termo de Referência.

16 DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

16.1 Finalizado o certame licitatório, os documentos de habilitação e a proposta cadastrados na Plataforma Eletrônica Licitanet deverão ser encaminhados em original a Prefeitura Municipal de Tobias Barreto dentro do prazo de **03 (três) dias úteis** após a sessão, em envelope lacrado e rubricado nos fechos, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TOBIAS BARRETO – SE.
NOME DO LICITANTE: _____.
CONTEÚDO: PROPOSTA E/OU HABILITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____. ATT.: SETOR DE LICITAÇÃO/PREGOEIRO(A).

16.2 – Os documentos de habilitação poderão ser encaminhados em processo de cópia autenticada pelo

Cartório Competente ou acompanhados do original para serem autenticados por Servidor da Administração. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.
16.3. Não será necessário envio dos documentos autenticados digitalmente ou que possam ter sua autenticidade verificada pela internet.
16.4. Solicita-se que os documentos anexados na Plataforma Eletrônica Licitanet, que não puderem ser alcançados via internet para sua conferência, preferencialmente, sejam autenticados digitalmente, a fim de facilitar os trabalhos do(a) Pregoeira(a) e imprimir maior celeridade ao certame.
16.5. Ainda para efeito de conferência da documentação, e em atendimento aos princípios da eficiência, razoabilidade e celeridade, o(a) Pregoeira(a) poderá solicitar ao licitante vencedor que encaminhe a documentação original necessária à conferência através de vídeo gravado contendo a filmagem integral, sem cortes e plenamente legível dos documentos originais, frente e verso.
16.6. Poderá, também, ser solicitada pelo(a) Pregoeira(a) a realização de chamada de vídeo *on line*, através de plataforma própria (WhatsApp, Microsoft Teams, Google Meet, Zoom, Skype, etc.), a ser definida entre a mesma e o licitante, para a conferência da documentação, a qual poderá ser gravada.
16.7. A decisão acerca da utilização dos métodos descritos nos subitens 16.2 e 16.3 será comunicada via sistema a todos os licitantes e informado como será a mesma realizada, ficando disponível a todos os interessados
16.8. O prazo estabelecido no item 16.1 poderá ser prorrogado, apedido do licitante, desde que a justificativa seja aceita pela Administração
16.9. Os documentos de Habilitação deverão estar com prazo vigente.
16.10. O(A) Pregoeira(a) reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.
16.11. A falta de qualquer dos documentos exigidos no edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo(a) Pregoeira(a).
16.12. Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante.
16.13. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz**.**

17 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do(a) Pregoeira(a) no sistema eletrônico e deverá:
17.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
17.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
17.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
17.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca e procedência, vinculam a Contratada.
17.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (inc. II, do art. 12, da Lei Federal nº 14.133/2021).
17.5 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

17.6 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
17.7 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, na forma do § 1°, do art. 19, do Decreto Federal N° 11.462/23 c/c Art. 15, do Decreto Municipal Nº 1.908/2024, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

18.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

18.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

18.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços, na forma do § 4°, do art. 18, do Decreto Federal N° 11.462/2023 c/c Art. 38, da Lei Federal Nº 14.133/2021.

18.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, conforme preceitua o Art. 21, do Decreto federal N° 11.462/23 c/c parágrafo único, do Art. 16, do Decreto Municipal Nº 1.608/2024.

18.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, na forma do art. 20, do Decreto federal N° 11.462/23 c/c § 1º, do Art. 15, do Decreto Municipal Nº 1.608/2024.

19. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

19.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

19.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

19.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

19.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata, na forma do inc. III, do art. 18, Decreto Federal N° 11.462/23 c/c § 2º, do Art. 13, do Decreto Municipal Nº 1.608/2024.

19.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

19.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original, conforme do § 2°, do art. 18, do Decreto Federal N° 11.462/23.

19.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

19.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

19.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23 c/c Art. 26 e 27, do Decreto Municipal Nº 1.608/2024.

19.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, na forma do parágrafo único, do art. 20, do Decreto Federal n° 11.462/23, poderá:

19.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

19.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

20. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

20.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165, da Lei nº 14.133, de 2021.

20.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

20.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

20.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

20.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

20.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação; e

20.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

20.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

20.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

20.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

20.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

20.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

20.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

20.10. 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: http://www.tobiasbarreto.se.gov.br/licitacoes.

21. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

21.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

21.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
21.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2005. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
21.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

21.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
21.6. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no sistema, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

22. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

22.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do(a) Pregoeira(a), caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
22.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
22.3. Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, estará sujeito às penalidades previstas no Item – **DAS SANÇÕES**. Neste caso, o(a) Pregoeira(a) examinará as ofertas subsequentes, e a habilitação dos proponentes, observada a ordem de classificação, até apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente convocado para negociar redução do preço ofertado e, se for o caso, celebrar o Contrato.

23. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

23.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmada Nota de Empenho, em substituição ao termo contratual.

23.1.1. Como condicionante para a celebração contratual, às empresas a serem contratadas, que possuírem, no seu quadro de funcionários, 25 (vinte e cinco) funcionários, ou mais, deverão admitir, ao menos, 08% (oito porcento) de mulheres vítimas de violência doméstica, na forma da Nota Recomendatória TCE/SE N°01/2024 c/c Decreto Federal N° 11.430, de 08 de março de 2023.

23.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

23.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para o aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja aceito no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

23.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

23.3. O Aceite da Nota de Empenho, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

23.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

23.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

23.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.

23.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 156, da Lei federal N° 14.133/21.

23.4.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

23.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

23.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

24. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

24.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

25. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

25.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

26. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

26.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

27. DO PAGAMENTO

27.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

28. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

28.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

28.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeira(a) durante o certame;

28.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

28.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

28.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

28.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

28.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

28.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

28.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

28.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

28.1.5. Fraudar a licitação.

28.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

28.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

28.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

28.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

28.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

28.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

28.2.1. Advertência;

28.2.2. Multa;

28.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

28.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

28.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

28.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

28.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

28.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

28.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

28.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

28.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme § 1°, do art. 156, da Lei Federal N° 14.133/21, a contar da comunicação oficial.

28.4.1. Para as infrações previstas nos itens 28.1.1, 28.1.2 e 28.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado, na forma do § 3°, do art. 156, da Lei Federal N° 14.133/21.

28.4.2. Para as infrações previstas nos itens 28.1.4, 28.1.5, 28.1.6, 28.1.7 e 28.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado, na forma do Art. 155, da Lei Federal N° 14.133/21.

28.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

28.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de sua intimação.

28.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 28.1.1, 28.1.2 e 28.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, na forma do § 4°, do Art. 156, da Lei Federal N° 14.133/21.

28.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 28.1.4, 28.1.5, 28.1.6, 28.1.7 e 28.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 28.1.1, 28.1.2 e 28.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

28.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 28.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

28.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, na forma do § 1°, do art. 158, da Lei Federal N° 14.133/21.

28.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis,

encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

28.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

28.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

28.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados, conforme § 9°, do Art. 156, da Lei federal N° 14.133.

29. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DO CERTAME

29.1. A Administração, observadas razões de conveniência e oportunidade, devidamente justificadas, poderá revogar a presente licitação, em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou declarar a sua nulidade por motivo de ilegalidade, de ofício ou por provação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
29.2. Os licitantes não terão direitos a indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual ou documento equivalente.

30. DAS DISPOSIÇOES GERAIS

30.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
30.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeira(a).
30.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
30.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
30.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
30.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
30.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
30.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
30.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
30.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico http://www.tobiasbarreto.se.gov.br/licitacoes.

31. DOS CASOS OMISSOS

31.1 Os casos omissos serão solucionados diretamente pelo(a) Pregoeira(a) ou Autoridade Competente, observados os preceitos de direito público e as disposições de Lei n° 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

Tobias Barreto/SE, 25 de novembro de 2026.

Denise de Andrade Aquino
Setor de Licitações

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Este Termo de Referência tem por objetivo estabelecer as exigências, condições, quantidades, técnicas e a metodologia para Registro de Preços para eventual e futura aquisição de materiais e equipamentos de informática destinados à infraestrutura das Secretarias e Departamentos Municipais de Tobias Barreto/SE e Órgãos Participantes.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND	QTD	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	ADAPTADOR WIRELESS USB PADRÃO 802.11 B/G/N ADAPTADOR WIRELESS USB PADRÃO 802.11 B/G/N. CÓDIGO CATMAT:150345	UND	100	R$ 67,66	R$ 6.766,00
2	CABO DE FORÇA P/ COMPUTADOR ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CABO PARA LIGAR A FONTE DO COMPUTADOR À REDE ELÉTRICA, PADRÃO NOBO TOMADA DE 3 PINOS, COM SELO DE APROVAÇÃO INMETRO, BITOLA DE 3 X 0,75MM, COMPRIMENTO: 1.5 METROS, NORMA DO INMETRO: NBR14136. CÓDIGO CATMAT:460703	UND	100	R$ 24,20	R$ 2.420,00
3	CABO HDMI 5M 2.0 4K 19 PINOS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: PADRÃO HDMI 2.0, OFERECEM TODOS OS RECURSOS DO PADRÃO 1.4, PERMITEM A RESOLUÇÃO DE 4K, 32 CANAIS DE SOM, 19 PINOS, 5 METROS. CÓDIGO CATMAT:479549	UND	180	R$ 27,79	R$ 5.002,20
4	CABO MONITOR VGA ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: SUPORTA MONITORES VGA, SVGA, XGA, SXGA E UXGA, CONECTOR VGA MACHO X VGA MACHO DE 15 PINOS, FILTRO DE FERRITE, BLINDAGEM DE ALTA DENSIDADE, CONECTA DESKTOPS E NOTEBOOKS A PROJETORES, MONITORES LCD E OUTROS APARELHOS COM CONEXÃO. CÓDIGO CATMAT:465998	UND	80	R$ 21,72	R$ 1.737,60
5	CARTUCHO DE TONER LASERJET PRETO HP 12A CARTUCHO DE TONER LASERJET PRETO HP 12A (Q2612A). CÓDIGO CATMAT:286874	UND	300	R$ 44,66	R$ 13.398,00
6	CARTUCHO DE TONER LASERJET PRETO HP 18A CARTUCHO DE TONER LASERJET PRETO HP 18A (CF218AB). CÓDIGO CATMAT:286874	UND	300	R$ 75,83	R$ 22.749,00
7	CARTUCHO DE TONER LASERJET PRETO TONER HP 85A CARTUCHO DE TONER LASERJET PRETO HP 85A (CE285A). CÓDIGO CATMAT:286874	UND	300	R$ 138,21	R$ 41.463,00
8	DESKTOP AVANÇADO: COMPUTADOR DO TIPO DESKTOP, NOVO, DE PRIMEIRO USO, DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS DA INSTITUIÇÃO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: PROCESSADOR COM NO MÍNIMO 6 NÚCLEOS E 12 THREADS, COM FREQUÊNCIA MÁXIMA DE OPERAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 4,0 GHZ, SEMELHANTE AOS PROCESSADORES INTEL CORE I5 DE 12ª GERAÇÃO OU SUPERIOR, OU AMD RYZEN 5 DA SÉRIE 4000 OU SUPERIOR, ADMITINDO-SE PROCESSADORES DE QUAISQUER FABRICANTES QUE ATENDAM AOS REQUISITOS ESTABELECIDOS, COM DESEMPENHO	UND	10	R$ 5.505,33	R$ 55.053,30

	COMPATÍVEL COM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E UTILIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE APLICAÇÕES DE ESCRITÓRIO; MEMÓRIA RAM DE, NO MÍNIMO, 16 GB, PADRÃO DDR4 OU DDR5, COMPATÍVEL COM A ARQUITETURA DO EQUIPAMENTO; UNIDADE DE ARMAZENAMENTO INTERNO DO TIPO SSD NVME, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 512 GB; PLACA-MÃE COMPATÍVEL COM O PROCESSADOR E OS DEMAIS COMPONENTES; GABINETE APROPRIADO PARA USO CORPORATIVO; FONTE DE ALIMENTAÇÃO COMPATÍVEL COM A CONFIGURAÇÃO DO EQUIPAMENTO; INTERFACE DE REDE ETHERNET RJ-45 COM VELOCIDADE DE 10/100/1000 MBPS; CONECTIVIDADE WI-FI E BLUETOOTH, QUANDO EXIGIDAS PELA NECESSIDADE DA INSTITUIÇÃO; NO MÍNIMO 4 (QUATRO) PORTAS USB, SENDO PELO MENOS 2 (DUAS) COMPATÍVEIS COM USB 3.0 OU SUPERIOR; E, NO MÍNIMO, UMA SAÍDA DE VÍDEO HDMI OU DISPLAYPORT. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER FORNECIDO COMPLETO, MONTADO E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO, ACOMPANHADO DOS CABOS NECESSÁRIOS À SUA INSTALAÇÃO, MANUAIS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA PERTINENTE, ALÉM DE GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, CONTADA A PARTIR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO, RESSALVADAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E NO CONTRATO. CÓDIGO CATMAT:484745				
9	CONECTOR RJ 45 MACHO CONECTOR RJ 45 MACHO CAT. 6 - COR TRANSPARENTE, TIPO DE CONECTOR RJ-45; DEVE SUPORTAR CONDUTORES COM DIÂMETRO DE 22 A 26 AWG; CABO UTP, MATERIAL DO CORPO DO PRODUTO TERMOPLÁSTICO NÃO PROPAGANTE A CHAMA; PCT COM 100 UND. CÓDIGO CATMAT:375963	UND	30	R$ 54,87	R$ 1.646,10
10	EMENDA DE CABO DE REDE RJ45 ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 8 VIAS PARA REDE CAT5, COR: BRANCO, TIPO DE CONEXÕES: RJ45, TIPO: FÊMEA. CÓDIGO CATMAT:407815	UND	180	R$ 7,62	R$ 1.371,60
11	ESTABILIZADOR TENSÃO ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: MÉTODO DE SELEÇÃO DE ENTRADA AUTOMÁTICO MODELO BIVOLT: ENTRADA 115V E SAÍDA 115V, ENTRADA 200V SAÍDÁ A 220V (1000 VA OU W); 6 ESTÁGIOS; 6 TOMADAS DE SAÍDÁ A NO PADRÃÕ NBR14136; GABINETE EM PLÁSTICO ANTICHAMA; DESIGN MODERNO E AGRADÁVEL NA COR PRETA; PORTA FUSÍVEL INTERNO COM UNIDADE RESERVA; PROTEÇÕES CONTRA SURTOS DE TENSÃO PROVENIENTES DA REDE ELÉTRICA; CONTRA SOBTENSÃO E SOBRETENSÃO COM DESLIGAMENTO E REARME AUTOMÁTICO; CONTRA SOBRECARGA E SOBREAQUECIMENTO COM DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO; CONTRA DESCARGAS ELÉTRICAS NA LINHA TELEFÔNICA (PREVINE QUEIMA DE MODEM); PROTEÇÃÕ CONTRA SOBTENSÃÕ 115V 91V PROTEÇÃÕ CONTRA SOBRE TENSÃÕ 115V 143V PROTEÇÃÕ CONTRA SOBTENSÃÕ 220V 174V PROTEÇÃÕ CONTRA SOBRETENSÃO 220V 272V RENDIMENTO >92% FREQUÊNCIA 50HZ / 60HZ FILTRO DE LINHA AUTO DIAGNOSTICO DE PARTIDA: FAZ A ANÁLISE PREVIA DA REDE ELÉTRICA ANTES DE LIBERAR A	UND	50	R$ 330,73	R$ 16.536,50

	SAÍDA A. AUTO DIAGNOSTICO DE QUEDA DE ENERGIA: PARTIDA COM CRUZAMENTO NO ZERO. FILTRO DE LINHA INTEGRADO (EM MODO COMUM E DIFERENCIAL) COM ATENUAÇÃO EM RFI E EMI. MEDIÇÃO E ANÁLISE EM TRUERMS; CHAVE LIGA DESLIGA TEMPORIZADA SINALIZAÇÃO VISUAL DE TENSÃO EM 5 NÍVEIS: EM LED REDE NORMAL; SOBRETENSÃO, GARANTIA: 12 MESES DE GARANTIA. CÓDIGO CATMAT:452467				
12	FILTRO DE LINHA COM 5 METROS DE COMPRIMENTO EXTENSÃO ELÉTRICA COM 5 METROS DE COMPRIMENTO, CONTENDO 5 TOMADAS (2P + T) E ADAPTADOR. CÓDIGO CATMAT:464972	UND	150	R$ 52,67	R$ 7.900,50
13	FONTE COMUM P/ COMPUTADOR ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: PADRÃO: ATX 2.0, POTENCIA REAL CNTP: 300W, MTBF (25C): 50.000 H. RECURSOS: PFC ATIVO: NÃO, CHAVE LIGA-DESLIGA, EFICIÊNCIA: 70%, PROTEÇÃO CONTRA CURTO-CIRCUITO. CONEXÕES: CONECTOR MB ATX: 24P, QUANTIDADE CONECTORES IDE ATA: 1, QUANTIDADE CONECTORES SATA: 2, QUANTIDADE CONECTORES FLOPPY DISK: 1, PCIE, ATX12V: 4 PINOS. ALIMENTAÇÃO: ENTRADA AC: 115/230V CHAVEAMENTO AUTOMÁTICO, FREQUÊNCIA: 50/60HZ. CÓDIGO CATMAT:150648	UND	200	R$ 178,36	R$ 35.672,00
14	FONTE REAL P/ COMPUTADOR ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: TIPO: ATX12V / EPS12V, POTÊNCIA REAL: 500W, FAN: 01, PFC: ATIVO, CONECTOR PRINCIPAL: 24PIN, BARRAMENTO ÚNICO DE +12 V, ENTRADA AC: 100/240VAC, 8/4A, 50/60 HZ. CONECTORES: 1 X 24 PINOS ATX, 1 X 4 +4 PIN EPS12V, 2 X 6 +2 PIN PCI-E, 6 X SATA, 3 X MOLEX. CÓDIGO CATMAT:150648	UND	50	R$ 251,81	R$ 12.590,50
15	HD EXTERNO DE 4TB ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: - CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO: 4TB O INTERFACE USB 3.0 - APLICAÇÕES EM NOTEBOOK - DADOS DO CACHE: 64 MB - VELOCIDADE DE ROTAÇÃO: 7.2 RPM - VELOCIDADE DE TRANSFERÊNCIA: 5000 MB/S - LATÊNCIA MÉDIA: 5.56 MS - SISTEMA DE ARQUIVOS SUPORTADOS: WINDOWS® 7,8.1,10,11 GARANTIA: MÍNIMA DE 1 ANO. CÓDIGO CATMAT:150347	UND	5	R$ 1.068,33	R$ 5.341,65
16	HD EXTERNO PORTÁTIL ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CAPACIDADE: 1TB, INTERFACE: USB 3.0, ROTAÇÃO: 5400 RPM, TAXA MÁXIMA DE TRANSFERÊNCIA: ATÉ 4,8 GBPS (USB 3.0), COMPATIBILIDADE: SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 7, WINDOWS® 8 OU SUPERIOR, GARANTIA: 12 MESES DE GARANTIA. CÓDIGO CATMAT:150347	UND	20	R$ 340,70	R$ 6.814,00
17	HD SATA 3,5 ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CAPACIDADE: 1TB, INTERFACE SATA 6GB/S. PERFORMANCE: TAXAS DE TRANSFERÊNCIA SATA SUPORTADAS (GB/S): 6.0/3.0/1.5, TAXA MÉDIA DE DADOS, LEITURA/GRAVAÇÃO: 156, MÁX. TAXA DE DADOS, LEITURA/GRAVAÇÃO OD: 210, CACHE: 64 MB, CICLOS DE CARGA / DESCARGA: 50,000, HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO (POR ANO): 2400, LIMITE DA TAXA DE CARGA DE TRABALHO (TB / ANO): 55, GARANTIA: 12 MESES DE GARANTIA. CÓDIGO CATMAT:424057	UND	30	R$ 242,90	R$ 7.287,00
18	IMPRESSORA LASER IMPRESSORA LASER COMUM. PADRÃO DE COR: MONOCROMÁTICO;	UND	20		R$ 32.544,20

	MEMÓRIA DE 16 MB; RESOLUÇÃO DE 1200 X 1200; VELOCIDADE 33 PPM; CAPACIDADE DE 100 PÁGINAS; CICLO: 50.000 PÁGINAS; INTERFACE USB E REDE; FRENTE E VERSO AUTOMÁTICO; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. CÓDIGO CATMAT:13218			R$ 1.627,21	
19	"IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER, MONO, 110V ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: FUNÇÃO: IMPRESSÃO MONOCROMÁTICA, DIGITALIZAÇÃO, CÓPIA, FAX, PROCESSADOR DE 600 MHZ, LCD DE 4 LINHAS, MEMÓRIA DE 256 MB, MEMÓRIA DE 512 MB, MEMÓRIA/ARMAZENAMENTO: DRIVE FLASH INTERNO DE 4 GB, INTERFACE (PADRÃO): HI-SPEED USB 2.0 / ETHERNET 10 / 100 / 1000 BASE TX / USB DIRETA, CICLO DE TRABALHO MENSAL MÁXIMO: ATÉ 100000 PÁGINAS. SCAN: VELOCIDADE DE DIGITALIZAÇÃO (MONOCROMÁTICA): 24 IPM, COMPATIBILIDADE DE DIGITALIZAÇÃO: PADRÃO TWAIN, PADRÃO WIA, MÉTODO DE DIGITALIZAÇÃO: CIS COLORIDO, RESOLUÇÃO DE DIGITALIZAÇÃO (ÓPTICA) ATÉ 1200 X 1200 DPI, RESOLUÇÃO DE DIGITALIZAÇÃO (APRIMORADA): ATÉ 4800 X 4800 DPI, DESTINOS DA DIGITALIZAÇÃO: CLIENTE (PC), EMAIL, FTP, SMB, USB;PAPEL: CAPACIDADE DE ENTRADA (CASSETE PADRÃO): CASSETE PADRÃO DE 250 FOLHAS, CAPACIDADE DE ENTRADA (BANDEJA MULTIFUNCIONAL): BANDEJA MULTIFUNCIONAL DE 50 FOLHAS, CAPACIDADE DE ENTRADA (S ALIMENTADOR CASSETE): S ALIMENTADOR CASSETE DE 520 FOLHAS, CAPACIDADE DE ENTRADA (MÁXIMA): 820 FOLHAS, TIPO DE MÍDIA (CASSETE PADRÃO): COMUM/FINO/RECICLADO/GROSSO/ARQUIVO/BOND/CARTÃO, TIPO DE MÍDIA(BANDEJAMULTIFUNCIONAL):COMUM/FINO/BOND/PRÉIMPRESSO/RECICLADO/ENVELOPE/TRANSPARÊNCIA/ETIQUETA/CARTÃO/GROSSO/ALGODÃO/COLORIDO/ARQUIVO/MAIS GROSSO, TIPO DE MÍDIA (S ALIMENTADOR CASSETE): COMUM/FINO/RECICLADO/GROSSO/ARQUIVO/BOND/CARTÃO, TAMANHO DA MÍDIA (CASSETE PADRÃO): A4/A5/A6/ISO/B5/JIS/B5/EXECUTIVO/CARTA/OFICIO/FÓLIO/OFÍCIO/STATEMENT/PERSONALIZADO, TAMANHO DA MÍDIA (BANDEJA MULTIFUNCIONAL):A4/A5/A6/ISO B5/JIS B5/STATEMENT/CARTA/OFICIO/FÓLIO/OFÍCIO/ENVELOPE(NO 10/MONARCH/DL/C5/C6/NO 9) CARTÃO POSTAL/CARTÃO INDEX/EXECUTIVO/PERSONALIZADO, TAMANHO DA MÍDIA (S ALIMENTADOR CASSETE): A4/A5/A6/ISO B5/JIS 5/EXECUTIVO/CARTA/OFICIO/FÓLIO/OFÍCIO/STATEMENT/PERSONALIZADO, GRAMATURA DA MÍDIA (CASSETE PADRÃO): 60 - 163 G/㎡ (16-43 LBS), GRAMATURA DA MÍDIA (BANDEJA MULTIFUNCIONAL): 60 - 220 G/㎡ (16 - 58 LBS.), GRAMATURA DA MÍDIA (S ALIMENTADOR CASSETE): 60-163 G/㎡ (16-43 LBS.), CAPACIDADE DA SAÍDA: 150 FOLHAS FACE PARA BAIXO, 1 FOLHA FACE PARA CIMA, TIPO DO ADF: RADF, CAPACIDADE DO ADF: 50 FOLHAS, TAMANHO DO DOCUMENTO NO ADF: A4/CARTA/OFÍCIO/FÓLIO/OFÍCIO, GARANTIA: 12	UND	10	R$ 3.066,50	R$ 30.665,00

	MESES DE GARANTIA. IMPRESSÃO:- VELOCIDADE DE IMPRESSÃO (MONOCROMÁTICA) ATÉ 40 PPM EM TAMANHO A4 (42 PPM EM TAMANHO CARTA), RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO: ATÉ 1200 X 1200 DPI DE SAÍDA EFETIVA, EMULAÇÃO: SPL/POSTSCRIPT3/PCL6/PCL5E/IBM PROPRINTER/EPSON/PDF, IMPRESSÃO DUPLEX: EMBUTIDO". CÓDIGO CATMAT:127906				
20	MEMÓRIA 4GB DDR3 ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: VELOCIDADE DE FREQUÊNCIA: 1.600MHZ 4GB LATÊNCIA CAS: CL9 TIPO: DDR3 PINAGEM: 240PIN VOLTAGEM: 1.5V TIMING: 98-7-6. CÓDIGO CATMAT:11274	UND	50	R$ 79,50	R$ 3.975,00
21	MEMÓRIA 4GB DDR4 ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: VELOCIDADE DE FREQUÊNCIA: 2.400MHZ 4GB LATÊNCIA CAS: CL15 (151515) TIPO: DDR4 PINAGEM: 288PIN VOLTAGEM: 1.2V. CÓDIGO CATMAT:11274	UND	25	R$ 269,42	R$ 6.735,50
22	MEMÓRIA 8GB DDR4 ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: VELOCIDADE DE FREQUÊNCIA: 2.400MHZ 8GB LATÊNCIA CAS: CL11 TIPO: DDR4 PINAGEM: 240PIN VOLTAGEM: 1.35V. CÓDIGO CATMAT:11274	UND	20	R$ 439,91	R$ 8.798,20
23	MEMÓRIA 8GB DDR5. MÓDULO DE MEMÓRIA RAM, NOVO, DE PRIMEIRO USO, COM CAPACIDADE DE 8 GB, PADRÃO DDR5, FREQUÊNCIA EFETIVA MÍNIMA DE 5200 MHz, COMPATÍVEL COM PLACAS-MÃE E PROCESSADORES QUE SUPORTEM A TECNOLOGIA DDR5. DEVERÁ POSSUIR FORMATO DIMM PARA COMPUTADORES DESKTOP, SER COMPATÍVEL COM A TENSÃO E AS ESPECIFICAÇÕES ELÉTRICAS DO EQUIPAMENTO E OPERAR DE FORMA ESTÁVEL, SEM ERROS, NAS CONDIÇÕES NORMAIS DE UTILIZAÇÃO. O PRODUTO DEVERÁ SER FORNECIDO EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO, ACOMPANHADO DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA PERTINENTE E COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, CONFORME AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO. CÓDIGO CATMAT:11274	UND	5	R$ 1.126,17	R$ 5.630,85
24	MEMÓRIA NOTEBOOK DDR3 4GB ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: SODIMM - CAPACIDADE: 4GB – DDR3 PC3-12800- CL=11 - SEM BUFFER - NÃO-ECC – TENSÃO: 1,5 V. CÓDIGO CATMAT:11274	UND	25	R$ 99,27	R$ 2.481,75
25	MEMÓRIA NOTEBOOK DDR4 4GB ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: SODIMM - CAPACIDADE: 4GB - DDR4 PC4-19200 - CL=17 - SEM BUFFER - NÃO-ECC - DDR4-2400 - TENSÃO: 1,2 V. CÓDIGO CATMAT:11274	UND	25	R$ 183,70	R$ 4.592,50
26	MEMÓRIA NOTEBOOK DDR4 8GB ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: SODIMM - CAPACIDADE: 8GB - DDR4 PC4-19200 - CL=17 - SEM BUFFER - NÃO-ECC - DDR4-2400 - TENSÃO: 1,2 V. CÓDIGO CATMAT:11274	UND	20	R$ 289,00	R$ 5.780,00
27	MONITOR 22'': MONITOR LED, TELA PLANA, COM 22 POLEGADAS DE TAMANHO, ADEQUADO PARA USO EM AMBIENTES ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAIS, COMPATÍVEL COM COMPUTADORES MODERNOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS: TAMANHO DA TELA: 22 POLEGADAS (MEDIDA DIAGONAL). TIPO DE PAINEL: LED, RETRO ILUMINADO. RESOLUÇÃO MÍNIMA: FULL HD (1920 X 1080 PIXELS).	UND	80	R$ 371,00	R$ 29.680,00

	PROPORÇÃO DA TELA: 16:9. TEMPO DE RESPOSTA: ≤ 5 MS. BRILHO: MÍNIMO DE 200 CD/M². CONTRASTE: MÍNIMO DE 600:1 (ESTÁTICO). ÂNGULO DE VISÃO: MÍNIMO DE 90° (HORIZONTAL) E 65° (VERTICAL) ENTRADAS DE VÍDEO: MÍNIMO DE 1 HDMI E 1 VGA. CONSUMO DE ENERGIA: MÁXIMO DE 25W EM OPERAÇÃO. FREQUÊNCIA: 60 HZ (MÍNIMO). BASE AJUSTÁVEL: INCLINAÇÃO AJUSTÁVEL. VOLTAGEM: BIVOLT AUTOMÁTICO (100–240 V). CABO DE ENERGIA E CABO DE VÍDEO COMPATÍVEL: INCLUSOS. CERTIFICAÇÕES OBRIGATÓRIAS: CERTIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ANATEL, INMETRO OU SIMILAR, QUANDO APLICÁVEL; REGISTRO OU DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE JUNTO À ANATEL, SE EXIGIDO; ATENDIMENTO À NORMA NR-17 DE ERGONOMIA, QUANDO APLICÁVEL. GARANTIA MÍNIMA: 12 MESES, COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA NACIONAL. MANUAL EM PORTUGUÊS: FÍSICO OU DIGITAL. CÓDIGO CATMAT:451815				
28	MONITOR 27”: TECNOLOGIA DE TELA: LED OU TECNOLOGIA SUPERIOR COM RETROILUMINAÇÃO LED. TAMANHO DA TELA: DIAGONAL DE 27 POLEGADAS (MÍNIMO DE 68,5 CM). RESOLUÇÃO MÍNIMA NATIVA: FULL HD (1920 X 1080 PIXELS). FORMATO DA TELA: WIDESCREEN (16:9). BRILHO: MÍNIMO DE 250 CD/M². CONTRASTE ESTÁTICO: MÍNIMO DE 1.000:1. ÂNGULO DE VISÃO: HORIZONTAL E VERTICAL DE, NO MÍNIMO, 170°/160°. TEMPO DE RESPOSTA: MÁXIMO DE 5 MS (GTG OU EQUIVALENTE). TAXA DE ATUALIZAÇÃO (REFRESH RATE): MÍNIMA DE 75 HZ. TIPO DE PAINEL: IPS, VA OU EQUIVALENTE/SUPERIOR (NÃO SERÁ ACEITO PAINEL TN). CONECTIVIDADE MÍNIMA: 01 PORTA HDMI; 01 PORTA VGA OU DISPLAYPORT OU DVI; 01 CABO HDMI INCLUÍDO. AJUSTES FÍSICOS MÍNIMOS: INCLINAÇÃO (TILT), COM FAIXA DE AJUSTE MÍNIMA DE -5° A +20°. MONTAGEM: COMPATÍVEL COM PADRÃO DE SUPORTE VESA (MÍNIMO 75 X 75 MM). FONTE DE ALIMENTAÇÃO: INTERNA OU EXTERNA (ACOMPANHADA DE TODOS OS CABOS NECESSÁRIOS). TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO: BIVOLT AUTOMÁTICO (100-240V). CONSUMO MÁXIMO EM OPERAÇÃO: 40W. ITENS INCLUSOS: MONITOR; CABO DE ENERGIA; CABO DE VÍDEO HDMI; MANUAL DO USUÁRIO EM PORTUGUÊS. CERTIFICAÇÕES OBRIGATÓRIAS: CERTIFICAÇÃO DO PRODUTO NO INMETRO OU OUTRO ÓRGÃO COMPETENTE (SE APLICÁVEL); CERTIFICAÇÃO COMPATÍVEL COM PADRÕES DE SEGURANÇA ELÉTRICA (EX: IEC, ISO). GARANTIA MÍNIMA: 12 MESES, COM ATENDIMENTO TÉCNICO NO BRASIL. REQUISITOS ADICIONAIS: O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER NOVO, ORIGINAL DE FÁBRICA, SEM USO ANTERIOR, E ESTAR EM LINHA DE PRODUÇÃO; O FORNECEDOR DEVERÁ GARANTIR ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA NO BRASIL; O MONITOR DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT E DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES; O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, QUANDO APLICÁVEL. CÓDIGO CATMAT:460039	UND	20	R$ 666,48	R$ 13.329,60

29	MOUSE SEM FIO: MOUSE ÓPTICO SEM FIO, NOVO, DE PRIMEIRO USO, COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1.000 DPI, CONEXÃO SEM FIO POR RADIOFREQUÊNCIA DE 2,4 GHZ E RECEPTOR USB COMPATÍVEL COM COMPUTADORES DESKTOP E NOTEBOOKS. DEVERÁ POSSUIR ALCANCE OPERACIONAL MÍNIMO DE 10 METROS, BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL DE ÍONS DE LÍTIO OU POLÍMERO DE LÍTIO, COM CAPACIDADE NOMINAL MÍNIMA DE 500 MAH, OU SOLUÇÃO EQUIVALENTE QUE ATENDA À AUTONOMIA E À FINALIDADE DO EQUIPAMENTO. DEVERÁ POSSUIR, NO MÍNIMO, 3 (TRÊS) BOTÕES, INCLUINDO BOTÃO ESQUERDO, BOTÃO DIREITO E RODA DE ROLAGEM, DESIGN ERGONÔMICO ADEQUADO AO USO ADMINISTRATIVO E SISTEMA DE RASTREAMENTO COMPATÍVEL COM SUPERFÍCIES DE USO COMUM. DEVERÁ ACOMPANHAR RECEPTOR USB E CABO PARA RECARGA, QUANDO APLICÁVEL, ALÉM DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA PERTINENTE. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, CONFORME AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO. CÓDIGO CATMAT:451823	UND	130	R$ 26,03	R$ 3.383,90
30	MOUSE USB: MOUSE ÓPTICO COM FIO, NOVO, DE PRIMEIRO USO, COM INTERFACE USB E FUNCIONAMENTO NO SISTEMA PLUG AND PLAY, DISPENSANDO A INSTALAÇÃO MANUAL DE DRIVERS PARA FUNCIONALIDADES BÁSICAS. DEVERÁ POSSUIR RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1.000 DPI, NO MÍNIMO 3 (TRÊS) BOTÕES, INCLUINDO BOTÕES DIREITO E ESQUERDO E RODA DE ROLAGEM (SCROLL) PARA NAVEGAÇÃO VERTICAL, ALÉM DE CABO COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 1,5 METRO. DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM COMPUTADORES DESKTOP E NOTEBOOKS, POSSUIR FORMATO ERGONÔMICO ADEQUADO AO USO ADMINISTRATIVO E OFERECER RASTREAMENTO PRECISO EM SUPERFÍCIES DE USO COMUM. O PRODUTO DEVERÁ SER FORNECIDO EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO, ACOMPANHADO DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA PERTINENTE, QUANDO APLICÁVEL, E POSSUIR GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, CONFORME AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO. CÓDIGO CATMAT:355671	UND	250	R$ 14,92	R$ 3.730,00
31	MULTIFUNCIONAL JATO DE TINTA, COLORIDA COM WI-FI. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS; RESOLUÇÃO MÁXIMA DE IMPRESSÃO: ATÉ 5760 X 1440 DPI, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO: MÍNIMO 10 PPM EM PRETO E 5 PPM EM CORES, CAPACIDADE DE ENTRADA DO PAPEL: 100 FOLHAS DE PAPEL A4, CAPACIDADE DE SAÍDA DO PAPEL: 30 FOLHAS DE PAPEL A4, TAMANHOS DE PAPEL SUPORTADOS: A4, A6, CARTA, LEGAL, FOLIO, 4X6" (10X15CM), 5X7" (13X18CM), 8X10" (20X25CM), 3,5X5" (9X13CM), EXECUTIVO, 16:9 (10X18CM), MEIA CARTA, ENVELOPE #10, TIPOS DE PAPEL SUPORTADOS: COMUM E PAPÉIS ESPECIAIS. SCANNER: RESOLUÇÃO DO SCANNER: ATÉ 1200 X 1200 DPI, ÁREA DE DIGITALIZAÇÃO: 21,6 X 29,7 CM. CÓPIA: TAMANHO DAS CÓPIAS: CARTA/ A4 OU 10 CM X 15	UND	20	R$ 2.241,22	R$ 44.824,40

	CM. CONECTIVIDADE: USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE / WIRELESS / WI-FI DIRECT /BLUETOOTH. REQUISITOS DE ENERGIA: TENSÃO DE ENTRADA DE 100 A 240 VCA (+/- 10%), 50/60 HZ (+/- 10%). GARANTIA: 12 MESES DE GARANTIA. CÓDIGO CATMAT:449629				
32	PEN DRIVE USB 2.0 32GB ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CAPACIDADE: 32GB, LEITURA: 40 MB/S, GRAVAÇÃO: 10MB/S, CONECTIVIDADE COM USB 3.0/USB 2.0. CÓDIGO CATMAT:151033	UND	120	R$ 57,90	R$ 6.948,00
33	ROTEADOR 4 ANTENAS: PADRÃO DE REDE: WI-FI 5 (802.11AC) OU SUPERIOR. COMPATIBILIDADE COM A REDE WI-FI 2.4 GHZ E 5 GHZ SIMULTANEAMENTE (DUAL BAND). TECNOLOGIA MU-MIMO (MULTI-USER, MULTIPLE INPUT, MULTIPLE OUTPUT) PARA OTIMIZAR A PERFORMANCE COM MÚLTIPLOS DISPOSITIVOS CONECTADOS. ANTENAS: 4 ANTENAS EXTERNAS AJUSTÁVEIS E REMOVÍVEIS, PARA MELHOR COBERTURA E DESEMPENHO DO SINAL. AS ANTENAS DEVEM SER OMNIDIRECIONAIS, COM CAPACIDADE DE AUMENTAR O ALCANCE DO SINAL SEM PERDA SIGNIFICATIVA DE QUALIDADE. VELOCIDADE DE CONEXÃO: VELOCIDADE DE ATÉ 1200 MBPS (300 MBPS EM 2.4 GHZ E 867 MBPS EM 5 GHZ). TECNOLOGIA DE QOS (QUALITY OF SERVICE) PARA PRIORIZAÇÃO DE TRÁFEGO DE DADOS IMPORTANTES. PORTAS: 1 PORTA WAN (ENTRADA DE INTERNET) COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 1 GBPS. 4 PORTAS LAN (CONEXÕES LOCAIS), COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 1 GBPS. 1 PORTA USB 2.0 OU SUPERIOR PARA COMPARTILHAMENTO DE MÍDIA E ARMAZENAMENTO EM REDE. PROTOCOLOS DE SEGURANÇA: CRIPTOGRAFIA WPA3 (PREFERENCIALMENTE), OU WPA2-PSK, PARA GARANTIR SEGURANÇA NA TRANSMISSÃO DE DADOS. FIREWALL EMBUTIDO COM PROTEÇÃO CONTRA INTRUSÕES E ATAQUES. SUPORTE PARA VPN (VIRTUAL PRIVATE NETWORK) PARA CONEXÕES REMOTAS SEGURAS. FILTRO DE MAC ADDRESS PARA CONTROLE DE DISPOSITIVOS CONECTADOS. GARANTIA: GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. SUPORTE TÉCNICO DISPONÍVEL POR TELEFONE E E-MAIL DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA. CERTIFICAÇÕES E CONFORMIDADES: CERTIFICAÇÃO ANATEL (AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES) PARA GARANTIR A CONFORMIDADE COM AS NORMAS BRASILEIRAS. CERTIFICAÇÃO CE (CONFORMIDADE EUROPEIA) OU EQUIVALENTE. CÓDIGO CATMAT:104620	UND	65	R$ 240,30	R$ 15.619,50
34	SCANNER DE MESA ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: SCANNER DE DOCUMENTOS COLORIDOS COM ALIMENTADOR DE FOLHAS, DUPLEX, DISPOSITIVO FOTOELÉTRICO: CIS - CONTACT IMAGE SENSOR, RESOLUÇÃO ÓPTICA: 600 DPI, RESOLUÇÃO MÁXIMA: 1200 DPI, FONTE DE LUZ: LED. ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE DOCUMENTOS: TAMANHOS DE DOCUMENTO: MÁXIMO: DE 50,8 A 21,6 CM DE LARGURA X 54 A 61 CM / MÍN: 5 X 5 CM, PESO DO PAPEL: 27 A 413 G/M², CICLO DE TRABALHO DIÁRIO: ATÉ 4500 PÁGINAS. CONECTIVIDADE: CONECTIVIDADE PADRÃO: MÍNIMO USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE. ENERGIA:	UND	20	R$ 2.229,33	R$ 44.586,60

	VOLTAGEM NOMINAL: 100 - 240 V, FREQUÊNCIA 50/60 HZ. SOFTWARE: ACOMPANHA TODOS OS SOFTWARES. GARANTIA: 12 MESES DE GARANTIA. CÓDIGO CATMAT:150513				
35	TECLADO SEM FIO MULTIMÍDIA ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: TECNOLOGIA: 2.4GHZ, ALCANCE MÍNIMO SEM FIO (METROS): 8, ALIMENTAÇÃO: PILHAS AAA, COMPATIBILIDADE: WINDOWS, TECLAS PADRÃO ABNT2. CÓDIGO CATMAT:451820	UND	250	R$ 109,47	R$ 27.367,50
36	FRAGMENTADORA ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CAPACIDADE DO CESTO: 20 LITROS, VOLTAGEM: 110V, CORTA EM PARTÍCULAS DE 4 X 37MM, ATÉ 10 FOLHAS A4, FRAGMENTA DVD, CD, CARTÃO, GRAMPO, NÍVEL DE RUÍDO: <70DB, POTÊNCIA DO MOTOR: 300W, TEMPO DE USO CONTINUO: 2 MINUTOS, TEMPO DE DESCANSO: 30 MINUTOS, LOTAÇÃO DO CESTO: 180 FOLHAS, NÍVEL DE SEGURANÇA P-3, LUZES INDICADORAS DE LED, GARANTIA: 12 MESES DE GARANTIA. CÓDIGO CATMAT:449962	UND	20	R$ 491,98	R$ 9.839,60
37	SSD 240 GB, 2.5 POLEGADAS, SATA 3, VELOCIDADE DE LEITURA 500MBS E GRAVAÇÃO 350MBS. CÓDIGO CATMAT:14474	UND	40	R$ 346,18	R$ 13.847,20
38	TELEVISÃO 50”: TELEVISOR DIGITAL COM TECNOLOGIA LED OU QLED, RESOLUÇÃO ULTRA HD 4K, TAMANHO DE TELA DE APROXIMADAMENTE 50 POLEGADAS, COM RECURSOS DE CONECTIVIDADE E SISTEMA OPERACIONAL COMPATÍVEL COM OS PRINCIPAIS APLICATIVOS DE MÍDIA. TAMANHO DA TELA: 50" (POLEGADAS). TIPO DE PAINEL: LED OU QLED. RESOLUÇÃO: ULTRA HD 4K (3840 X 2160 PIXELS). FORMATO DA TELA: WIDESCREEN (16:9). FREQUÊNCIA NATIVA: MÍNIMO 60 HZ. ALTO-FALANTES INTEGRADOS, COM POTÊNCIA MÍNIMA TOTAL DE 20W RMS. ENTRADAS: MÍNIMO DE 3 HDMI E 2 USB. CONECTIVIDADE: WI-FI INTEGRADO (IEEE 802.11 B/G/N/AC) E BLUETOOTH. SISTEMA OPERACIONAL COMPATÍVEL COM APLICATIVOS DE. COMPATIBILIDADE COM CONTROLE REMOTO COM COMANDO DE VOZ OU SISTEMA DE NAVEGAÇÃO FACILITADA. FUNÇÃO DE ESPELHAMENTO DE TELA (SCREEN MIRRORING). CONVERSOR DIGITAL TERRESTRE (ISDB-T) INTEGRADO. MONTAGEM: COMPATÍVEL COM SUPORTE VESA. ACOMPANHA BASE DE APOIO E CONTROLE REMOTO COM PILHAS/BATERIAS. TENSÃO: BIVOLT AUTOMÁTICO (100-240V). GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA NO BRASIL. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO: O EQUIPAMENTO DEVE SER NOVO, SEM USO ANTERIOR, NA EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE. DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ANATEL E DEMAIS EXIGÊNCIAS LEGAIS BRASILEIRAS. A ENTREGA DEVERÁ INCLUIR MANUAL DO USUÁRIO EM PORTUGUÊS. CÓDIGO CATMAT:460902	UND	20	R$ 2.448,15	R$ 48.963,00
39	PROJETOR MULTIMÍDIA - SISTEMA DE PROJEÇÃO: TECNOLOGIA 3LCD DE 3 CHIPS. MODO DE PROJEÇÃO: FRONTAL / TRASEIRO / TETO. MÉTODO DE PROJEÇÃO: MATRIZATI VA TFT DE POLISSILÍCIO. NÚMERO DE PIXELS:786,432 DOTS (1024 X 768) X 3BRILHO EM CORES - SAÍDA DE LUZ	UND	10	R$ 3.579,83	R$ 35.798,30

	COLORIDA:3.400 LUMENS2BRILHO E M BRANCO - SAÍDA DE LUZ BRANCA:3.400 LUMENS RAZÃO DE ASPECTO :4:3 RESOLUÇÃO NATIVA: 1024 X 768 (XGA)REDIMENSIONAR:1280 X 800 (WXGA), 1280 X 960 (SXGA2), 1280 X 1024 (SXGA3) 1366 X 768 (WXGA60-3), 1400 X 1050 (SXGA+), 1440 X 900 (WXGA+)TIPO DE LÂ MPADA:210 W UHE DURAÇÃO DA LÂMPADA: MODO ECO: ATÉ 12.000 HORAS3 - MODO NORMAL: ATÉ 6.000 HORAS3 ALCANCE DO THROW-RATIO: 1.44 (ZOOM: WIDE), 1.95 (ZOOM: TELE)DISTÂNCIA DE PROJEÇÃO/ TAMANHO DA TELA:30" A 350" (0,76 A 10,34 M)CORREÇÃO DE KEYSTONE: • A UTOMÁTICO: VERTICAL: ±30 GRAUS • SLIDER: HORIZONTAL: ±30 GRAUS PLUG 'N PLAY USB:PROJETOR COMPATÍVEL COM COMPUTADORES PC E MAC. R AZÃO DE CONTRASTE: ATÉ 15 000:1REPRODUÇÃO DE COR: ATÉ 1,07 BILHÃO DE CORES TEMPERATURA:5 ° A 35 °CPESO:2,7 KG. SEGURANÇA: TRAVA K ENSINGTON® CADEADO. BARRA DE SEGURANÇA • VOLTAGEM:100 – 240VAC ±10%, 50 / 60HZ AC. CONSUMO DE ENERGIA: • MODO ECO: 235 W • MODO NORMAL: 345 W. CÓDIGO CATMAT:446924				
40	PEN DRIVE - MEMÓRIA PORTÁTIL MICROCOMPUTADOR, CAPACIDADE MEMÓRIA: 128 GB, INTERFACE: USB 2.0, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ADAPTADOR USB RETRÁTIL, TIPO: PEN DRIVE. CÓDIGO CATMAT:474995	UND	50	R$ 88,52	R$ 4.426,00
41	PEN DRIVE USB 2.0 ou 3.0 16GB ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CAPACIDADE: 16GB, LEITURA: 40 MB/S, GRAVAÇÃO:10MB/S, CONECTIVIDADE COM USB 3.0/USB 2.0. CÓDIGO CATMAT:474995	UND	100	R$ 28,49	R$ 2.849,00
42	SMART TV 43'': TELEVISOR TIPO SMART TV COM TELA LED OU TECNOLOGIA SUPERIOR, COM ACESSO À INTERNET E APLICATIVOS DE STREAMING INTEGRADOS. MÍNIMO DE 43 POLEGADAS NA DIAGONAL (MEDIDA EXATA ENTRE 41,5" E 43"). FULL HD (1920 X 1080 PIXELS), OU SUPERIOR. TIPO DE PAINEL: LED, QLED, OLED OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE OU SUPERIOR, COM TAXA DE ATUALIZAÇÃO MÍNIMA DE 60 HZ. CONECTIVIDADE: CONEXÃO WI-FI (COMPATÍVEL COM REDES 2.4 GHZ E/OU 5 GHZ); BLUETOOTH (MÍNIMO VERSÃO 4.0 OU SUPERIOR, SE APLICÁVEL); PORTA ETHERNET (RJ45); MÍNIMO DE 2 ENTRADAS HDMI; MÍNIMO DE 1 ENTRADA USB; SAÍDA DE ÁUDIO (ANALÓGICA OU DIGITAL – P2, RCA, ÓPTICA OU EQUIVALENTE. RECURSOS MÍNIMOS EXIGIDOS: ESPELHAMENTO DE TELA (SCREEN MIRRORING, MIRACAST, CHROMECAST OU SIMILAR); CONTROLE REMOTO INCLUSO; SUPORTE A LEGENDAS E MÚLTIPLOS IDIOMAS DE ÁUDIO; CAPACIDADE DE ATUALIZAÇÃO DE FIRMWARE VIA INTERNET. ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS: CABO DE ALIMENTAÇÃO; CONTROLE REMOTO COM PILHAS; MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS. GARANTIA MÍNIMA: 12 (DOZE) MESES, COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA NO TERRITÓRIO NACIONAL. CERTIFICAÇÕES OBRIGATÓRIAS: HOMOLOGAÇÃO PELA ANATEL (QUANDO APLICÁVEL); COMPATÍVEL COM NORMAS DA ABNT E INMETRO (QUANDO APLICÁVEL). CÓDIGO CATMAT:29718	UND	10	R$ 1.972,94	R$ 19.729,40

43	TECLADO USB: TECLADO COM FIO, NOVO, DE PRIMEIRO USO, COM INTERFACE DE CONEXÃO USB, FUNCIONAMENTO PLUG AND PLAY, DISPENSANDO A INSTALAÇÃO MANUAL DE DRIVERS PARA FUNCIONALIDADES BÁSICAS, LAYOUT PADRÃO ABNT2, COM TECLAS E CARACTERES NO IDIOMA PORTUGUÊS BRASILEIRO, INCLUINDO A TECLA "Ç" E TECLAS DE ACENTUAÇÃO. DEVERÁ POSSUIR TECLADO NUMÉRICO INTEGRADO, TECLAS DE FUNÇÃO, CABO COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 1,5 METRO E COMPATIBILIDADE COM COMPUTADORES DESKTOP E NOTEBOOKS. DEVERÁ APRESENTAR CONSTRUÇÃO RESISTENTE, TECLAS DE FÁCIL ACIONAMENTO E BASE ESTÁVEL, ADEQUADAS À UTILIZAÇÃO CONTÍNUA EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS. O PRODUTO DEVERÁ SER FORNECIDO EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO, ACOMPANHADO DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA PERTINENTE, QUANDO APLICÁVEL, E COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, CONFORME AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO. CÓDIGO CATMAT:451817	UND	340	R$ 25,57	R$ 8.693,80
44	"SWITCH 8 PORTAS: CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: MODELO E TIPO: SWITCH DE 8 PORTAS, COM SUPORTE PARA REDES ETHERNET, COM OU SEM RECURSOS DE GERENCIAMENTO, CONFORME ESPECIFICAÇÃO ABAIXO. PORTAS: 8 (OITO) PORTAS ETHERNET RJ45 PARA CONEXÃO DE DISPOSITIVOS, COM SUPORTE PARA VELOCIDADES DE 10/100/1000 MBPS (GIGABIT ETHERNET), COM DETECÇÃO AUTOMÁTICA DE VELOCIDADE. TIPO DE SWITCH: GERENCIADO: SWITCH COM FUNCIONALIDADES DE GERENCIAMENTO REMOTO (VIA SNMP, WEB, TELNET OU OUTROS PROTOCOLOS PADRÃO). NÃO GERENCIADO: SWITCH PLUG AND PLAY, SEM A NECESSIDADE DE CONFIGURAÇÃO. NORMAS DE CONFORMIDADE: O PRODUTO DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS INTERNACIONAIS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS, TAIS COMO: IEEE 802.3 (ETHERNET); IEEE 802.3U (FAST ETHERNET); IEEE 802.3AB (GIGABIT ETHERNET); IEEE 802.3AZ (EFICÁCIA ENERGÉTICA). VELOCIDADE DAS PORTAS: TODAS AS PORTAS COM CAPACIDADE DE 10/100/1000 MBPS (GIGABIT ETHERNET), COM AUTONEGOCIAÇÃO PARA ADEQUAR-SE À VELOCIDADE DOS DISPOSITIVOS CONECTADOS. PROTOCOLOS SUPORTADOS: SPANNING TREE PROTOCOL (STP); VLAN (VIRTUAL LAN), SUPORTANDO PELO MENOS 802.1Q; QOS (QUALIDADE DE SERVIÇO) PARA PRIORIZAÇÃO DE TRÁFEGO; LINK AGGREGATION (ONDE APLICÁVEL); AUTO MDI/MDIX PARA DETECÇÃO AUTOMÁTICA DO TIPO DE CABO (CROSSOVER OU DIRETO). LARGURA DE BANDA: O SWITCH DEVERÁ TER LARGURA DE BANDA SUFICIENTE PARA SUPORTAR TRÁFEGO SIMULTÂNEO NAS 8 PORTAS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 16GBPS (MÍNIMO). ALIMENTAÇÃO: O PRODUTO DEVERÁ SER ALIMENTADO POR FONTE DE ALIMENTAÇÃO INTERNA, COM VOLTAGEM ENTRE 100 A 240V (AUTO VOLTAGEM), 50-60 HZ. REQUISITOS DE	UND	45	R$ 135,93	R$ 6.116,85

	DESEMPENHO E QUALIDADE: TAXA DE TRANSFERÊNCIA DE DADOS: NO MÍNIMO 1 GBPS POR PORTA. CAPACIDADE DE DESEMPENHO: O SWITCH DEVERÁ SER CAPAZ DE PROCESSAR SIMULTANEAMENTE PACOTES DE DADOS EM ALTO TRÁFEGO, GARANTINDO A INTEGRIDADE DAS TRANSMISSÕES EM AMBIENTES DE ALTA DEMANDA. SEGURANÇA: O SWITCH DEVERÁ OFERECER MECANISMOS DE SEGURANÇA PARA PROTEGER A REDE, COMO: AUTENTICAÇÃO DE PORTA (802.1X); FILTRAGEM DE PACOTES; PREVENÇÃO DE ATAQUES DOS (DENIAL OF SERVICE); CONTROLE DE ACESSO A PORTAS (MAC ADDRESS FILTERING). GARANTIA E SUPORTE: O FORNECEDOR DEVERÁ OFERECER GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES APÓS A ENTREGA DO PRODUTO, COM COBERTURA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E FALHAS DE FUNCIONAMENTO. CERTIFICAÇÃO E CONFORMIDADE: O FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR A CERTIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS DE QUALIDADE, SEGURANÇA E DESEMPENHO EXIGIDOS PELAS NORMAS ISO 9001 E ISO/IEC 27001 (QUANDO APLICÁVEL). O PRODUTO DEVERÁ SER CERTIFICADO PELO INMETRO OU OUTRO ÓRGÃO COMPETENTE DE REGULAMENTAÇÃO DE QUALIDADE NO BRASIL, GARANTINDO QUE O PRODUTO ESTEJA EM CONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS DE SEGURANÇA E FUNCIONAMENTO." CÓDIGO CATMAT: 464048				
45	ESTAÇÃO DE TRABALHO DE ALTO DESEMPENHO 01 : ESTAÇÃO DE TRABALHO DO TIPO DESKTOP, NOVA, DE PRIMEIRO USO, DESTINADA À EXECUÇÃO DE ATIVIDADES PROFISSIONAIS QUE DEMANDEM ALTO PODER DE PROCESSAMENTO, CAPACIDADE DE MULTITAREFA, MODELAGEM E VISUALIZAÇÃO TRIDIMENSIONAL, ELABORAÇÃO E MANIPULAÇÃO DE PROJETOS EM BIM (BUILDING INFORMATION MODELING – MODELAGEM DA INFORMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO), ALÉM DA EXECUÇÃO DE APLICAÇÕES TÉCNICAS ESPECIALIZADAS, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: PROCESSADOR COM DESEMPENHO MULTINÚCLEO E MONONÚCLEO COMPATÍVEL COM A CATEGORIA DE ALTO DESEMPENHO, COM, NO MÍNIMO, 20 (VINTE) NÚCLEOS FÍSICOS E 28 (VINTE E OITO) THREADS, OU DESEMPENHO EQUIVALENTE OU SUPERIOR, FREQUÊNCIA MÁXIMA DE OPERAÇÃO DE REFERÊNCIA DE 5,6 GHZ, ADMITINDO-SE PROCESSADORES COM FREQUÊNCIAS NOMINAIS DISTINTAS, DESDE QUE COMPROVEM DESEMPENHO GLOBAL EQUIVALENTE OU SUPERIOR; MEMÓRIA RAM DE, NO MÍNIMO, 64 GB, PADRÃO DDR5, COM VELOCIDADE EFETIVA MÍNIMA DE 5.600 MT/S, COMPATÍVEL COM A PLATAFORMA OFERTADA; PLACA GRÁFICA DEDICADA COM, NO MÍNIMO, 12 GB DE MEMÓRIA DE VÍDEO GDDR6 OU TECNOLOGIA SUPERIOR, COM CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO GRÁFICO ADEQUADA À EXECUÇÃO DE SOFTWARES BIM, MODELOS TRIDIMENSIONAIS, VISUALIZAÇÃO DE PROJETOS E MANIPULAÇÃO DE MODELOS COM NÍVEL DE COMPLEXIDADE COMPATÍVEL COM AS	UND	1	R$ 18.083,33	R$ 18.083,33

	NECESSIDADES DA INSTITUIÇÃO; UNIDADE DE ARMAZENAMENTO SSD NVME, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1 TB, INTERFACE PCI EXPRESS 4.0 OU SUPERIOR E VELOCIDADE SEQUENCIAL DE LEITURA DE, NO MÍNIMO, 5.000 MB/S; PLACA-MÃE COMPATÍVEL COM O PROCESSADOR, A MEMÓRIA, A PLACA GRÁFICA E OS DEMAIS COMPONENTES, COM SUPORTE À TECNOLOGIA DDR5, INTERFACES DE EXPANSÃO ADEQUADAS E CONECTIVIDADE USB E DE REDE; FONTE DE ALIMENTAÇÃO COM POTÊNCIA NOMINAL CONTÍNUA MÍNIMA DE 850 W, ADEQUADA À CONFIGURAÇÃO OFERTADA, COM PROTEÇÕES ELÉTRICAS E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA COMPATÍVEL COM OS REQUISITOS; SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO LÍQUIDA DO TIPO WATER COOLER, COM RADIADOR DE 240 MM OU SOLUÇÃO EQUIVALENTE OU SUPERIOR, ADEQUADO À DISSIPAÇÃO TÉRMICA DO PROCESSADOR E DOS DEMAIS COMPONENTES, ASSEGURANDO OPERAÇÃO ESTÁVEL NAS CONDIÇÕES NORMAIS DE USO; GABINETE COMPATÍVEL COM OS COMPONENTES, COM VENTILAÇÃO ADEQUADA E ESPAÇO INTERNO SUFICIENTE PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR SISTEMA OPERACIONAL DE 64 BITS, EM VERSÃO PROFISSIONAL SUPORTADA PELO FABRICANTE E COMPATÍVEL COM OS APLICATIVOS DA INSTITUIÇÃO, COM LICENÇA ORIGINAL E REGULARMENTE ATIVADA, INCLUÍDA NO FORNECIMENTO. DEVERÁ SER ENTREGUE COMPLETO, MONTADO, COM TODOS OS CABOS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO, ACOMPANHADO DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA PERTINENTE E COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, CONTADA A PARTIR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO, CONFORME AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO. 483505, 460038 ou CÓDIGO CATMAT:480187				
46	ESTAÇÃO DE TRABALHO DE ALTO DESEMPENHO 02 : ESTAÇÃO DE TRABALHO DO TIPO DESKTOP, NOVA, DE PRIMEIRO USO, DESTINADA À EXECUÇÃO DE ATIVIDADES PROFISSIONAIS QUE DEMANDEM ALTO PODER DE PROCESSAMENTO, CAPACIDADE DE MULTITAREFA, MODELAGEM E VISUALIZAÇÃO TRIDIMENSIONAL, ELABORAÇÃO E MANIPULAÇÃO DE PROJETOS EM BIM (BUILDING INFORMATION MODELING – MODELAGEM DA INFORMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO), ALÉM DA EXECUÇÃO DE APLICAÇÕES TÉCNICAS ESPECIALIZADAS, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: PROCESSADOR COM DESEMPENHO MULTINÚCLEO E MONONÚCLEO COMPATÍVEL COM A CATEGORIA DE ALTO DESEMPENHO, COM, NO MÍNIMO, 12 (DOZE) NÚCLEOS FÍSICOS E 20 (VINTE) THREADS, OU DESEMPENHO EQUIVALENTE OU SUPERIOR, FREQUÊNCIA MÁXIMA DE OPERAÇÃO DE REFERÊNCIA DE 5,0 GHZ, ADMITINDO-SE PROCESSADORES COM FREQUÊNCIAS NOMINAIS DISTINTAS, DESDE QUE COMPROVEM DESEMPENHO GLOBAL EQUIVALENTE OU SUPERIOR; MEMÓRIA RAM DE,	UND	1	R$ 15.745,39	R$ 15.745,39

	NO MÍNIMO, 32 GB, PADRÃO DDR5, COM VELOCIDADE EFETIVA MÍNIMA DE 5.200 MT/S, COMPATÍVEL COM A PLATAFORMA OFERTADA; PLACA GRÁFICA DEDICADA COM, NO MÍNIMO, 12 GB DE MEMÓRIA DE VÍDEO GDDR6 OU TECNOLOGIA SUPERIOR, COM CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO GRÁFICO ADEQUADA À EXECUÇÃO DE SOFTWARES BIM, MODELOS TRIDIMENSIONAIS, VISUALIZAÇÃO DE PROJETOS E MANIPULAÇÃO DE MODELOS COM NÍVEL DE COMPLEXIDADE COMPATÍVEL COM AS NECESSIDADES DA INSTITUIÇÃO; UNIDADE DE ARMAZENAMENTO SSD NVME, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1 TB, INTERFACE PCI EXPRESS 4.0 OU SUPERIOR E VELOCIDADE SEQUENCIAL DE LEITURA DE ATÉ 7.300 MB/S, OU DESEMPENHO EQUIVALENTE OU SUPERIOR; PLACA-MÃE COMPATÍVEL COM O PROCESSADOR, A MEMÓRIA, A PLACA GRÁFICA E OS DEMAIS COMPONENTES, COM SUPORTE À TECNOLOGIA DDR5, INTERFACES DE EXPANSÃO, CONECTIVIDADE USB E DE REDE; FONTE DE ALIMENTAÇÃO COM POTÊNCIA NOMINAL CONTÍNUA MÍNIMA DE 850 W, ADEQUADA À CONFIGURAÇÃO OFERTADA, COM PROTEÇÕES ELÉTRICAS E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA COMPATÍVEL COM OS REQUISITOS ESTABELECIDOS, COM CERTIFICAÇÃO 80 PLUS GOLD OU EFICIÊNCIA EQUIVALENTE OU SUPERIOR; SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO A AR, COM DISSIPADOR E VENTOINHA, ADEQUADO À DISSIPAÇÃO TÉRMICA DO PROCESSADOR E DOS DEMAIS COMPONENTES, ASSEGURANDO OPERAÇÃO ESTÁVEL NAS CONDIÇÕES NORMAIS DE USO; GABINETE COMPATÍVEL COM OS COMPONENTES, COM VENTILAÇÃO ADEQUADA E ESPAÇO INTERNO SUFICIENTE PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR SISTEMA OPERACIONAL DE 64 BITS EM VERSÃO PROFISSIONAL E COMPATÍVEL COM OS APLICATIVOS DA INSTITUIÇÃO, COM LICENÇA ORIGINAL E REGULARMENTE ATIVADA, INCLUÍDA NO FORNECIMENTO. DEVERÁ SER ENTREGUE COMPLETO, MONTADO, COM TODOS OS CABOS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO, ACOMPANHADO DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA PERTINENTE E COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, CONTADA A PARTIR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO, CONFORME AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO. CÓDIGO CATMAT:483505, 460038 ou 480187				
47	ESTAÇÃO DE TRABALHO DE ALTO DESEMPENHO 03: ESTAÇÃO DE TRABALHO DO TIPO DESKTOP, NOVA, DE PRIMEIRO USO, DESTINADA À EXECUÇÃO DE ATIVIDADES PROFISSIONAIS QUE DEMANDEM ALTO PODER DE PROCESSAMENTO, CAPACIDADE DE MULTITAREFA, MODELAGEM E VISUALIZAÇÃO TRIDIMENSIONAL, ELABORAÇÃO E MANIPULAÇÃO DE PROJETOS EM BIM (BUILDING INFORMATION MODELING – MODELAGEM DA INFORMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO), ALÉM DA EXECUÇÃO DE APLICAÇÕES TÉCNICAS ESPECIALIZADAS, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	UND	1	R$ 12.392,83	R$ 12.392,83

	MÍNIMAS: PROCESSADOR COM DESEMPENHO MULTINÚCLEO E MONONÚCLEO COMPATÍVEL COM A CATEGORIA DE ALTO DESEMPENHO, COM, NO MÍNIMO, 10 (DEZ) NÚCLEOS FÍSICOS E 16 (DEZESSEIS) THREADS, OU DESEMPENHO EQUIVALENTE OU SUPERIOR, FREQUÊNCIA MÁXIMA DE OPERAÇÃO DE REFERÊNCIA DE 4,6 GHZ, ADMITINDO-SE PROCESSADORES COM FREQUÊNCIAS NOMINAIS DISTINTAS, DESDE QUE COMPROVEM DESEMPENHO GLOBAL EQUIVALENTE OU SUPERIOR; MEMÓRIA RAM DE, NO MÍNIMO, 32 GB, PADRÃO DDR4, COM VELOCIDADE EFETIVA MÍNIMA DE 3.200 MT/S, COMPATÍVEL COM A PLATAFORMA OFERTADA; PLACA GRÁFICA DEDICADA COM, NO MÍNIMO, 12 GB DE MEMÓRIA DE VÍDEO GDDR6 OU TECNOLOGIA SUPERIOR, COM CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO GRÁFICO ADEQUADA À EXECUÇÃO DE SOFTWARES BIM, MODELOS TRIDIMENSIONAIS, VISUALIZAÇÃO DE PROJETOS E MANIPULAÇÃO DE MODELOS COM NÍVEL DE COMPLEXIDADE COMPATÍVEL COM AS NECESSIDADES DA INSTITUIÇÃO; UNIDADE DE ARMAZENAMENTO SSD NVME, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1 TB, INTERFACE PCI EXPRESS 4.0 OU SUPERIOR E VELOCIDADE SEQUENCIAL DE LEITURA DE ATÉ 7.300 MB/S, OU DESEMPENHO EQUIVALENTE OU SUPERIOR; PLACA-MÃE COMPATÍVEL COM O PROCESSADOR, A MEMÓRIA, A PLACA GRÁFICA E OS DEMAIS COMPONENTES, COM SUPORTE À TECNOLOGIA DDR4, INTERFACES DE EXPANSÃO, CONECTIVIDADE USB E DE REDE; FONTE DE ALIMENTAÇÃO COM POTÊNCIA NOMINAL CONTÍNUA MÍNIMA DE 850 W, ADEQUADA À CONFIGURAÇÃO OFERTADA, COM PROTEÇÕES ELÉTRICAS E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA COMPATÍVEL COM OS REQUISITOS ESTABELECIDOS, COM CERTIFICAÇÃO 80 PLUS GOLD OU EFICIÊNCIA EQUIVALENTE OU SUPERIOR; SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO A AR, COM DISSIPADOR E VENTOINHA, ADEQUADO À DISSIPAÇÃO TÉRMICA DO PROCESSADOR E DOS DEMAIS COMPONENTES, ASSEGURANDO OPERAÇÃO ESTÁVEL NAS CONDIÇÕES NORMAIS DE USO; GABINETE COMPATÍVEL COM OS COMPONENTES, COM VENTILAÇÃO ADEQUADA E ESPAÇO INTERNO SUFICIENTE PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR SISTEMA OPERACIONAL DE 64 BITS EM VERSÃO PROFISSIONAL E COMPATÍVEL COM OS APLICATIVOS DA INSTITUIÇÃO, COM LICENÇA ORIGINAL E REGULARMENTE ATIVADA, INCLUÍDA NO FORNECIMENTO. DEVERÁ SER ENTREGUE COMPLETO, MONTADO, COM TODOS OS CABOS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO, ACOMPANHADO DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA PERTINENTE E COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, CONTADA A PARTIR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO, CONFORME AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO. CÓDIGO CATMAT:483505, 460038 ou 480187				

48	SOUNDBAR: SOUNDBAR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 6 W RMS: EQUIPAMENTO DE ÁUDIO DO TIPO SOUNDBAR, NOVO, DE PRIMEIRO USO, COM POTÊNCIA TOTAL DE SAÍDA MÍNIMA DE 6 W RMS, DESTINADO À REPRODUÇÃO DE ÁUDIO EM COMPUTADORES, NOTEBOOKS E OUTROS DISPOSITIVOS COMPATÍVEIS. DEVERÁ POSSUIR SISTEMA DE ALTO-FALANTES INTEGRADOS, RESPOSTA DE FREQUÊNCIA ADEQUADA À REPRODUÇÃO DE VOZES, MÚSICAS E CONTEÚDOS MULTIMÍDIA, CONTROLE DE VOLUME ACESSÍVEL E CONEXÃO USB PARA ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA E CONEXÃO DE ÁUDIO. DEVERÁ SER FORNECIDA COM TODOS OS CABOS, ACESSÓRIOS E COMPONENTES NECESSÁRIOS AO SEU PLENO FUNCIONAMENTO, ACOMPANHADA DE MANUAL OU DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, CONTADA A PARTIR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO. CÓDIGO CATMAT:150225 ou 379402	UND	1	R$ 92,38	R$ 92,38
49	DESKTOP BÁSICO: COMPUTADOR DO TIPO DESKTOP, NOVO, DE PRIMEIRO USO, DESTINADO À EXECUÇÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS BÁSICAS, TAIS COMO EDIÇÃO DE TEXTOS, ELABORAÇÃO DE PLANILHAS, UTILIZAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS, NAVEGAÇÃO NA INTERNET, CORREIO ELETRÔNICO E EMISSÃO DE RELATÓRIOS. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR PROCESSADOR COM, NO MÍNIMO, 4 (QUATRO) NÚCLEOS FÍSICOS E 8 (OITO) THREADS, FREQUÊNCIA MÁXIMA DE OPERAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 3,5 GHZ, CONFORME ESPECIFICAÇÃO OFICIAL DO FABRICANTE, OU DESEMPENHO EQUIVALENTE OU SUPERIOR COMPROVADO POR BENCHMARK TÉCNICO RECONHECIDO, ADMITINDO-SE PROCESSADORES DE QUAISQUER FABRICANTES QUE ATENDAM AOS REQUISITOS ESTABELECIDOS; MEMÓRIA RAM DE, NO MÍNIMO, 8 GB, PADRÃO DDR4 OU SUPERIOR; UNIDADE DE ARMAZENAMENTO SSD COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 240 GB, INTERFACE SATA OU NVME; CONTROLADOR GRÁFICO INTEGRADO OU SOLUÇÃO EQUIVALENTE COMPATÍVEL COM AS ATIVIDADES PROPOSTAS; INTERFACE DE REDE ETHERNET COM VELOCIDADE DE 10/100/1000 MBPS; NO MÍNIMO 4 (QUATRO) PORTAS USB E SAÍDA DE VÍDEO COMPATÍVEL COM O MONITOR A SER UTILIZADO. DEVERÁ POSSUIR PLACA-MÃE, GABINETE E FONTE DE ALIMENTAÇÃO COMPATÍVEIS COM OS COMPONENTES, SER FORNECIDO MONTADO E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO, ACOMPANHADO DOS CABOS NECESSÁRIOS À INSTALAÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA PERTINENTE. A GARANTIA DEVERÁ SER DE, NO MÍNIMO, 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO. CÓDIGO CATMAT:452810	UND	16	R$ 3.594,55	R$ 57.512,80
50	DESKTOP BÁSICO: COMPUTADOR DO TIPO DESKTOP, NOVO, DE PRIMEIRO USO, DESTINADO À EXECUÇÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS BÁSICAS, TAIS COMO EDIÇÃO DE TEXTOS, ELABORAÇÃO DE PLANILHAS, UTILIZAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS, NAVEGAÇÃO NA	UND	49	R$ 3.594,55	R$ 176.132,95

	INTERNET, CORREIO ELETRÔNICO E EMISSÃO DE RELATÓRIOS. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR PROCESSADOR COM, NO MÍNIMO, 4 (QUATRO) NÚCLEOS FÍSICOS E 8 (OITO) THREADS, FREQUÊNCIA MÁXIMA DE OPERAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 3,5 GHZ, CONFORME ESPECIFICAÇÃO OFICIAL DO FABRICANTE, OU DESEMPENHO EQUIVALENTE OU SUPERIOR COMPROVADO POR BENCHMARK TÉCNICO RECONHECIDO, ADMITINDO-SE PROCESSADORES DE QUAISQUER FABRICANTES QUE ATENDAM AOS REQUISITOS ESTABELECIDOS; MEMÓRIA RAM DE, NO MÍNIMO, 8 GB, PADRÃO DDR4 OU SUPERIOR; UNIDADE DE ARMAZENAMENTO SSD COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 240 GB, INTERFACE SATA OU NVME; CONTROLADOR GRÁFICO INTEGRADO OU SOLUÇÃO EQUIVALENTE COMPATÍVEL COM AS ATIVIDADES PROPOSTAS; INTERFACE DE REDE ETHERNET COM VELOCIDADE DE 10/100/1000 MBPS; NO MÍNIMO 4 (QUATRO) PORTAS USB E SAÍDA DE VÍDEO COMPATÍVEL COM O MONITOR A SER UTILIZADO. DEVERÁ POSSUIR PLACA-MÃE, GABINETE E FONTE DE ALIMENTAÇÃO COMPATÍVEIS COM OS COMPONENTES, SER FORNECIDO MONTADO E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO, ACOMPANHADO DOS CABOS NECESSÁRIOS À INSTALAÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA PERTINENTE. A GARANTIA DEVERÁ SER DE, NO MÍNIMO, 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO. CÓDIGO CATMAT:452810				
51	NOTEBOOK BÁSICO: COMPUTADOR PORTÁTIL DO TIPO NOTEBOOK, NOVO, DE PRIMEIRO USO, DESTINADO À EXECUÇÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: PROCESSADOR COM, NO MÍNIMO, 4 (QUATRO) NÚCLEOS FÍSICOS E 8 (OITO) THREADS, COM DESEMPENHO COMPATÍVEL COM A EXECUÇÃO SIMULTÂNEA DE APLICAÇÕES DE ESCRITÓRIO, SISTEMAS INFORMATIZADOS E NAVEGADORES DE INTERNET, ADMITINDO-SE PROCESSADORES DE QUAISQUER FABRICANTES QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DE DESEMPENHO ESTABELECIDOS, COMPROVADOS POR DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA OFICIAL OU BENCHMARK OBJETIVO, QUANDO APLICÁVEL; MEMÓRIA RAM DE, NO MÍNIMO, 8 GB, COM VELOCIDADE EFETIVA MÍNIMA DE 2.666 MHz OU COMPATÍVEL COM A PLATAFORMA OFERTADA; UNIDADE DE ARMAZENAMENTO SSD COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 256 GB, COM VELOCIDADES SEQUENCIAIS MÍNIMAS DE LEITURA DE 500 MB/S E DE GRAVAÇÃO DE 450 MB/S, COMPROVADAS POR DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DO FABRICANTE, ADMITINDO-SE UNIDADES COM DESEMPENHO SUPERIOR E INTERFACES SATA OU NVME. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR TELA INTEGRADA, TECLADO PADRÃO ABNT2, TOUCHPAD, CONECTIVIDADE WI-FI, INTERFACES USB, SAÍDA DE VÍDEO OU CONECTIVIDADE EQUIVALENTE PARA MONITOR EXTERNO, BATERIA RECARREGÁVEL, FONTE DE ALIMENTAÇÃO E CABO DE ENERGIA COMPATÍVEIS. DEVERÁ SER FORNECIDO	UND	10	R$ 3.143,86	R$ 31.438,60

	COMPLETO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO, ACOMPANHADO DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA PERTINENTE E COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, CONFORME AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO. CÓDIGO CATMAT:472321				
52	NOTEBOOK BÁSICO: COMPUTADOR PORTÁTIL DO TIPO NOTEBOOK, NOVO, DE PRIMEIRO USO, DESTINADO À EXECUÇÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: PROCESSADOR COM, NO MÍNIMO, 4 (QUATRO) NÚCLEOS FÍSICOS E 8 (OITO) THREADS, COM DESEMPENHO COMPATÍVEL COM A EXECUÇÃO SIMULTÂNEA DE APLICAÇÕES DE ESCRITÓRIO, SISTEMAS INFORMATIZADOS E NAVEGADORES DE INTERNET, ADMITINDO-SE PROCESSADORES DE QUAISQUER FABRICANTES QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DE DESEMPENHO ESTABELECIDOS, COMPROVADOS POR DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA OFICIAL OU BENCHMARK OBJETIVO, QUANDO APLICÁVEL; MEMÓRIA RAM DE, NO MÍNIMO, 8 GB, COM VELOCIDADE EFETIVA MÍNIMA DE 2.666 MHz OU COMPATÍVEL COM A PLATAFORMA OFERTADA; UNIDADE DE ARMAZENAMENTO SSD COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 256 GB, COM VELOCIDADES SEQUENCIAIS MÍNIMAS DE LEITURA DE 500 MB/S E DE GRAVAÇÃO DE 450 MB/S, COMPROVADAS POR DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DO FABRICANTE, ADMITINDO-SE UNIDADES COM DESEMPENHO SUPERIOR E INTERFACES SATA OU NVME. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR TELA INTEGRADA, TECLADO PADRÃO ABNT2, TOUCHPAD, CONECTIVIDADE WI-FI, INTERFACES USB, SAÍDA DE VÍDEO OU CONECTIVIDADE EQUIVALENTE PARA MONITOR EXTERNO, BATERIA RECARREGÁVEL, FONTE DE ALIMENTAÇÃO E CABO DE ENERGIA COMPATÍVEIS. DEVERÁ SER FORNECIDO COMPLETO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO, ACOMPANHADO DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA PERTINENTE E COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, CONFORME AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO. CÓDIGO CATMAT:472321	UND	30	R$ 3.143,86	R$ 94.315,80
53	NOTEBOOK INTERMEDIÁRIO: COMPUTADOR PORTÁTIL DO TIPO NOTEBOOK, NOVO, DE PRIMEIRO USO, DESTINADO À EXECUÇÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E À UTILIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE APLICAÇÕES DE ESCRITÓRIO, PLANILHAS, SISTEMAS INFORMATIZADOS E NAVEGADORES DE INTERNET, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: PROCESSADOR COM, NO MÍNIMO, 6 (SEIS) NÚCLEOS FÍSICOS E 12 (DOZE) THREADS, COM FREQUÊNCIA MÍNIMA DE 2.0GHz E MÁXIMA DE 4.0GHz, ADMITINDO-SE PROCESSADORES DE QUAISQUER FABRICANTES QUE ATENDAM AO DESEMPENHO EXIGIDO; MEMÓRIA RAM DE, NO MÍNIMO, 8 GB, PADRÃO DDR4 OU SUPERIOR, COMPATÍVEL COM A PLATAFORMA OFERTADA; UNIDADE DE ARMAZENAMENTO SSD COM	UND	6	R$ 4.199,67	R$ 25.198,02

	CAPACIDADE MÍNIMA DE 512 GB, COM VELOCIDADES SEQUENCIAIS MÍNIMAS DE LEITURA DE 500 MB/S E DE GRAVAÇÃO DE 450 MB/S, COMPROVADAS POR DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DO FABRICANTE, ADMITINDO-SE UNIDADES COM DESEMPENHO SUPERIOR E INTERFACES SATA OU NVME. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR TELA INTEGRADA, TECLADO PADRÃO ABNT2, TOUCHPAD, CONECTIVIDADE WI-FI, INTERFACES USB, SAÍDA DE VÍDEO OU CONECTIVIDADE EQUIVALENTE PARA MONITOR EXTERNO, BATERIA RECARREGÁVEL, FONTE DE ALIMENTAÇÃO E CABO DE ENERGIA COMPATÍVEIS. DEVERÁ SER FORNECIDO COMPLETO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO, ACOMPANHADO DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA PERTINENTE E COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, CONFORME AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO. CÓDIGO CATMAT:472321				
54	NOTEBOOK INTERMEDIÁRIO: COMPUTADOR PORTÁTIL DO TIPO NOTEBOOK, NOVO, DE PRIMEIRO USO, DESTINADO À EXECUÇÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E À UTILIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE APLICAÇÕES DE ESCRITÓRIO, PLANILHAS, SISTEMAS INFORMATIZADOS E NAVEGADORES DE INTERNET, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: PROCESSADOR COM, NO MÍNIMO, 6 (SEIS) NÚCLEOS FÍSICOS E 12 (DOZE) THREADS, COM FREQUÊNCIA MÍNIMA DE 2.0GHz E MÁXIMA DE 4.0GHz, ADMITINDO-SE PROCESSADORES DE QUAISQUER FABRICANTES QUE ATENDAM AO DESEMPENHO EXIGIDO; MEMÓRIA RAM DE, NO MÍNIMO, 8 GB, PADRÃO DDR4 OU SUPERIOR, COMPATÍVEL COM A PLATAFORMA OFERTADA; UNIDADE DE ARMAZENAMENTO SSD COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 512 GB, COM VELOCIDADES SEQUENCIAIS MÍNIMAS DE LEITURA DE 500 MB/S E DE GRAVAÇÃO DE 450 MB/S, COMPROVADAS POR DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DO FABRICANTE, ADMITINDO-SE UNIDADES COM DESEMPENHO SUPERIOR E INTERFACES SATA OU NVME. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR TELA INTEGRADA, TECLADO PADRÃO ABNT2, TOUCHPAD, CONECTIVIDADE WI-FI, INTERFACES USB, SAÍDA DE VÍDEO OU CONECTIVIDADE EQUIVALENTE PARA MONITOR EXTERNO, BATERIA RECARREGÁVEL, FONTE DE ALIMENTAÇÃO E CABO DE ENERGIA COMPATÍVEIS. DEVERÁ SER FORNECIDO COMPLETO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO, ACOMPANHADO DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA PERTINENTE E COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, CONFORME AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO. CÓDIGO CATMAT:472321	UND	19	R$ 4.199,67	R$ 79.793,73
55	NOTEBOOK AVANÇADO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR PORTÁTIL DO TIPO NOTEBOOK, NOVO, DE PRIMEIRO USO, DESTINADO À EXECUÇÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS AVANÇADAS, MULTITAREFA E À UTILIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE APLICAÇÕES DE ESCRITÓRIO,	UND	5	R$ 5.724,09	R$ 28.620,45

	PLANILHAS DE MAIOR COMPLEXIDADE, SISTEMAS INFORMATIZADOS E OUTRAS APLICAÇÕES INSTITUCIONAIS, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: PROCESSADOR COM, NO MÍNIMO, 8 (OITO) NÚCLEOS FÍSICOS E 12 (DOZE) THREADS, OU CONFIGURAÇÃO EQUIVALENTE OU SUPERIOR EM DESEMPENHO, COM FREQUÊNCIA MÍNIMA DE 3.0GHz e MÁXIMA DE ATÉ 5.0GHz, ADMITINDO-SE PROCESSADORES DE QUAISQUER FABRICANTES QUE ATENDAM AO DESEMPENHO EXIGIDO; MEMÓRIA RAM DE, NO MÍNIMO, 16 GB, PADRÃO DDR4 OU SUPERIOR, COMPATÍVEL COM A PLATAFORMA OFERTADA; UNIDADE DE ARMAZENAMENTO SSD COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 512 GB, COM VELOCIDADES SEQUENCIAIS MÍNIMAS DE LEITURA DE 500 MB/S E DE GRAVAÇÃO DE 450 MB/S, COMPROVADAS POR DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DO FABRICANTE, ADMITINDO-SE UNIDADES COM DESEMPENHO SUPERIOR E INTERFACES SATA OU NVME. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR TELA INTEGRADA, TECLADO PADRÃO ABNT2, TOUCHPAD, CONECTIVIDADE WI-FI, INTERFACES USB, SAÍDA DE VÍDEO OU CONECTIVIDADE EQUIVALENTE PARA MONITOR EXTERNO, BATERIA RECARREGÁVEL, FONTE DE ALIMENTAÇÃO E CABO DE ENERGIA COMPATÍVEIS. DEVERÁ SER FORNECIDO COMPLETO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO, ACOMPANHADO DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA PERTINENTE E COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, CONFORME AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO. CÓDIGO CATMAT:472321				
56	NOTEBOOK AVANÇADO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR PORTÁTIL DO TIPO NOTEBOOK, NOVO, DE PRIMEIRO USO, DESTINADO À EXECUÇÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS AVANÇADAS, MULTITAREFA E À UTILIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE APLICAÇÕES DE ESCRITÓRIO, PLANILHAS DE MAIOR COMPLEXIDADE, SISTEMAS INFORMATIZADOS E OUTRAS APLICAÇÕES INSTITUCIONAIS, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: PROCESSADOR COM, NO MÍNIMO, 8 (OITO) NÚCLEOS FÍSICOS E 12 (DOZE) THREADS, OU CONFIGURAÇÃO EQUIVALENTE OU SUPERIOR EM DESEMPENHO, COM FREQUÊNCIA MÍNIMA DE 3.0GHz e MÁXIMA DE ATÉ 5.0GHz, ADMITINDO-SE PROCESSADORES DE QUAISQUER FABRICANTES QUE ATENDAM AO DESEMPENHO EXIGIDO; MEMÓRIA RAM DE, NO MÍNIMO, 16 GB, PADRÃO DDR4 OU SUPERIOR, COMPATÍVEL COM A PLATAFORMA OFERTADA; UNIDADE DE ARMAZENAMENTO SSD COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 512 GB, COM VELOCIDADES SEQUENCIAIS MÍNIMAS DE LEITURA DE 500 MB/S E DE GRAVAÇÃO DE 450 MB/S, COMPROVADAS POR DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DO FABRICANTE, ADMITINDO-SE UNIDADES COM DESEMPENHO SUPERIOR E INTERFACES SATA OU NVME. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR TELA INTEGRADA, TECLADO PADRÃO ABNT2, TOUCHPAD, CONECTIVIDADE WI-FI, INTERFACES	UND	15	R$ 5.724,09	R$ 85.861,35

	USB, SAÍDA DE VÍDEO OU CONECTIVIDADE EQUIVALENTE PARA MONITOR EXTERNO, BATERIA RECARREGÁVEL, FONTE DE ALIMENTAÇÃO E CABO DE ENERGIA COMPATÍVEIS. DEVERÁ SER FORNECIDO COMPLETO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO, ACOMPANHADO DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA PERTINENTE E COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, CONFORME AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO. CÓDIGO CATMAT:472321				
57	TABLET COM TELA DE 8,7 POLEGADAS: TABLET NOVO, DE PRIMEIRO USO, DESTINADO À EXECUÇÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, CONSULTA A SISTEMAS INFORMATIZADOS, ACESSO À INTERNET, LEITURA DE DOCUMENTOS E UTILIZAÇÃO DE APLICATIVOS INSTITUCIONAIS, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: TELA SENSÍVEL AO TOQUE, COM TECNOLOGIA CAPACITIVA, TAMANHO ENTRE 8,5 E 9,0 POLEGADAS E RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1.340 × 800 PIXELS; PROCESSADOR COM ARQUITETURA DE 64 BITS, NO MÍNIMO 8 (OITO) NÚCLEOS DE PROCESSAMENTO E FREQUÊNCIA MÁXIMA DE OPERAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 1,8 GHZ, OU DESEMPENHO EQUIVALENTE OU SUPERIOR COMPROVADO POR DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA OFICIAL; MEMÓRIA RAM DE, NO MÍNIMO, 4 GB; ARMAZENAMENTO INTERNO DE, NO MÍNIMO, 64 GB, COM POSSIBILIDADE DE EXPANSÃO POR CARTÃO MICROSD DE CAPACIDADE SUPORTADA DE, NO MÍNIMO, 512 GB; SISTEMA OPERACIONAL ANDROID 12 OU SUPERIOR, OU SISTEMA EQUIVALENTE COMPATÍVEL COM OS APLICATIVOS INSTITUCIONAIS NECESSÁRIOS; CÂMERA TRASEIRA DE, NO MÍNIMO, 8 MP E CÂMERA FRONTAL DE, NO MÍNIMO, 2 MP; CONECTIVIDADE WI-FI COMPATÍVEL COM OS PADRÕES IEEE 802.11 A/B/G/N/AC OU SUPERIOR E BLUETOOTH 5.0 OU SUPERIOR; PORTA USB TIPO C, COMPATÍVEL COM CARREGAMENTO E TRANSFERÊNCIA DE DADOS, E ENTRADA PARA FONE DE OUVIDO DE 3,5 MM, QUANDO DISPONÍVEL NO MODELO OFERTADO; BATERIA COM CAPACIDADE NOMINAL MÍNIMA DE 5.000 MAH E AUTONOMIA DE, NO MÍNIMO, 10 (DEZ) HORAS EM USO MODERADO; HOMOLOGAÇÃO PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL), QUANDO EXIGÍVEL. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER FORNECIDO COM CARREGADOR COMPATÍVEL, CABO USB PARA CARREGAMENTO E TRANSFERÊNCIA DE DADOS E MANUAL EM PORTUGUÊS, EM FORMATO IMPRESSO OU DIGITAL. DEVERÁ SER ENTREGUE NOVO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, CONTADA A PARTIR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO, CONFORME AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO. CÓDIGO CATMAT:458098	UND	20	R$ 1.126,33	R$ 22.526,60

58	TABLET COM TELA DE 8,7 POLEGADAS: TABLET NOVO, DE PRIMEIRO USO, DESTINADO À EXECUÇÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, CONSULTA A SISTEMAS INFORMATIZADOS, ACESSO À INTERNET, LEITURA DE DOCUMENTOS E UTILIZAÇÃO DE APLICATIVOS INSTITUCIONAIS, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: TELA SENSÍVEL AO TOQUE, COM TECNOLOGIA CAPACITIVA, TAMANHO ENTRE 8,5 E 9,0 POLEGADAS E RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1.340 × 800 PIXELS; PROCESSADOR COM ARQUITETURA DE 64 BITS, NO MÍNIMO 8 (OITO) NÚCLEOS DE PROCESSAMENTO E FREQUÊNCIA MÁXIMA DE OPERAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 1,8 GHZ, OU DESEMPENHO EQUIVALENTE OU SUPERIOR COMPROVADO POR DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA OFICIAL; MEMÓRIA RAM DE, NO MÍNIMO, 4 GB; ARMAZENAMENTO INTERNO DE, NO MÍNIMO, 64 GB, COM POSSIBILIDADE DE EXPANSÃO POR CARTÃO MICROSD DE CAPACIDADE SUPORTADA DE, NO MÍNIMO, 512 GB; SISTEMA OPERACIONAL ANDROID 12 OU SUPERIOR, OU SISTEMA EQUIVALENTE COMPATÍVEL COM OS APLICATIVOS INSTITUCIONAIS NECESSÁRIOS; CÂMERA TRASEIRA DE, NO MÍNIMO, 8 MP E CÂMERA FRONTAL DE, NO MÍNIMO, 2 MP; CONECTIVIDADE WI-FI COMPATÍVEL COM OS PADRÕES IEEE 802.11 A/B/G/N/AC OU SUPERIOR E BLUETOOTH 5.0 OU SUPERIOR; PORTA USB TIPO C, COMPATÍVEL COM CARREGAMENTO E TRANSFERÊNCIA DE DADOS, E ENTRADA PARA FONE DE OUVIDO DE 3,5 MM, QUANDO DISPONÍVEL NO MODELO OFERTADO; BATERIA COM CAPACIDADE NOMINAL MÍNIMA DE 5.000 MAH E AUTONOMIA DE, NO MÍNIMO, 10 (DEZ) HORAS EM USO MODERADO; HOMOLOGAÇÃO PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL), QUANDO EXIGÍVEL. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER FORNECIDO COM CARREGADOR COMPATÍVEL, CABO USB PARA CARREGAMENTO E TRANSFERÊNCIA DE DADOS E MANUAL EM PORTUGUÊS, EM FORMATO IMPRESSO OU DIGITAL. DEVERÁ SER ENTREGUE NOVO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, CONTADA A PARTIR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO, CONFORME AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO. CÓDIGO CATMAT:458098	UND	60	R$ 1.126,33	R$ 67.579,80
VALOR TOTAL R$				R$ 1.399.978,63	

Obs.: Do item 01 ao 48, destinar-se-ão, exclusivamente, à participação de empresas de pequeno e médio porte, já que, os respectivos valores de referência, são iguais e/ou inferiores à R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), na forma do Inc. I, do Art. 4º, do Decreto Municipal Nº 1.549/2023 c/c Inc. I, do Art. 48, da Lei Complementar Federal Nº 123/2006; Acaso não assista nenhum interessado, na condição de Micro Empresa – ME e/ou Empresa de Pequeno Porte – EPP e, acaso haja algum interessado diverso, informa-se que o item será convertido, automaticamente, a ampla participação.

OBS.: Do item 49 ao 58, considerando que o valor de referência ultrapassou a importância de R$ 80.000 (oitenta mil reais), bem como possível a divisão, foram secionados em 02(dois) itens, respectivamente, onde, o de número ímpar, destina-se, exclusivamente, a ME e EPP, na forma do parágrafo anterior, enquanto que, os imediatamente subsequente, com numeração par, destina-se a ampla participação, sendo que, as ME e EPP, é facultado a disputa simultânea, em ambas as cotas, a sua livre discricionariedade, na forma do inc. III, do Art. 48, do Decreto Municipal Nº 1.549/2023 c/c Inc. III, do Art. 48, da Lei Complementar Federal Nº 123/2006, entretanto, acaso não assista nenhum licitante cadastrado, nas cotas reservadas, elas serão unificadas, para com os itens reflexo, oportunidade em que, a competição, terá continuidade pela cota principal e, ao final, o licitante vencedor, arrematará a quantidade total, somando-se as quantidades da cota principal e cota reservada.

Ainda, acaso o mesmo licitante, restar vencedor da cota principal e da respectiva cota reservada, porém, em condições distintas, informa-se que será procedida a unificação, nos atos subsequentes, ao findo da sessão de lances, pelo menor preço.

1.2. O objeto deste termo de referência enquadra-se na classificação de bens comuns, nos termos do inciso XIII do art. 6º, da Lei nº 14.133/21, uma vez que os padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos com base em especificações usuais no mercado, conforme alude o Estudo Técnico Preliminar – ETP.

1.3. O Prazo de Vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento, prorrogável na forma do Art. 22, do Decreto Federal Nº 11.462/2023 c/c Art. 14, do Decreto Municipal Nº 1608/2024.

1.3.1. A prorrogação da Ata de Registro de Preços, caso seja efetivada, será com renovação de quantitativos, na forma do §3º, do Art. 18, do Decreto Municipal Nº 1.608/2024, na conformidade da justificativa constante do tópico 12.6., e seguintes, do termo de referência, condicionada ao atendimento dos requisitos elencados naquele decreto.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias úteis, contados da celebração contratual; por se tratar de contratação por escopo, ou seja, com termo certo de fornecimento e prazo, acaso este não venha a ser consumado, totalmente, dentro do termo avençado, este poderá ser prorrogado, na forma do Art. 36, do Decreto Federal Nº 11.462/2024 c/c Art. 20, do Decreto Municipal Nº 1608/2024 e artigos 105 e 111 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.5. Acaso o Objeto não se tenha executado, dentro do prazo estipulado, por se tratar de um objeto por escopo, ou seja, com termo certo quanto ao objeto e condições certas e predefinidas, o termo contratual ter-se como automaticamente prorrogado, na forma do Art. 111, da Lei Federal Nº 14.133/2021, porém, de toda sorte, o termo aditivo deverá ser confeccionado.

2. ESTIMATIVAS DO VALOR

Estima-se para a contratação almejada valor compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o previsto na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cuja quantidade de consultas atendem os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da igualdade, da transparência e da probidade administrativa. Conforme pesquisa de preços elaborada pelo setor de compras.

Para composição do estimativo os dados foram coletados de acordo com o art. 5º da Instrução Normativa nº 65/2021, onde foi priorizado a pesquisa diretamente no Portal Nacional de Contratações Públicas, que se encontram pormenorizados na tabela do tópico 1, deste instrumento.

3. DAS OBRIGAÇÕES

3.1. DO FORNECEDOR

3.1.1. Manter, durante toda a vigência do termo de contrato, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento da licitação que deu origem à mesma, sob pena de sua rescisão ou cancelamento do contrato e, aplicação das penalidades ora previstas;

3.1.2. Entregar os Produtos no órgão solicitado pelo Município de acordo especificação marca e preço registrados e na forma prevista, observando o seguinte:

3.1.2.1. Os materiais deverão ser totalmente embalados, marcados, e serem entregues em perfeito estado, ocorrendo à ruptura ou quebra tanto na viagem ou na entrega dos mesmos, os materiais deverão ser trocados no prazo máximo de 15 dias;

3.1.2.2. Se no ato da entrega, for constatado que o material for inferior com os parâmetros de qualidade, segundo o presente termo e segundo norma e certificados exigidos em lei, os mesmos serão devolvidos ficando a empresa fornecedora responsável pelo pagamento de taxas, frete e demais encargos, devendo efetuar a troca do mesmo no prazo máximo de 15 dias. Em caso de reincidência a Empresa poderá sofrer sansões administrativas.

3.1.2.3. Os materiais a partir do momento que forem entregues, deverão conter os prazos de garantia de no mínimo 90 (noventa) dias, dada pelo fabricante, conforme as normas do PROCON, Inc. II, do Art. 26, da Lei Federal Nº 8.078, de 11 de setembro de 1900, e, ainda, segundo as normas do fabricante, ficando a contratada responsável para acionar a garantia, assim como qualquer eventual despesa, nos casos em que couber sua aplicação.

3.1.3. Alocar todos os recursos necessários para se obter um perfeito fornecimento, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao Município;

3.1.4. Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes do fornecimento, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer ao Município comprovante de quitação com os órgãos competentes;

3.1.5. Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas durante o fornecimento;

3.1.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Município;

3.1.7. Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros termos de autorização que se façam necessários à execução do fornecimento;

3.1.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto firmado com o Município, sem prévia e expressa anuência.

3.1.9. Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia a expressa anuência do Município.

3.1.10. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, bem como substituir, sem ônus adicionais, o(s) Produtos cujos padrões de qualidade, segurança e finalidade não se prestem ao seu fim específico.

3.1.11. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o(s) Produto(s), cuja qualidade, finalidade, eficácia procedência e eficiência, apresentem qualquer nível de desatendimento ao fim a que se presta, ou suspeita em relação a sua procedência, ou ainda, aquele em que se verificarem vícios, defeitos de fabricação, violação, transporte inadequado, incorreções ou falhas resultantes do fornecimento e fabricação.

3.2. DO ORGÃO

3.2.1. Notificar o fornecedor contratado quanto à requisição do produto mediante o envio da nota de empenho, ou ordem de fornecimento a ser repassada via e-mail ou retirada pessoalmente pelo fornecedor sendo que a nota de empenho repassada ao fornecedor poderá equivaler a uma ordem de fornecimento;

3.2.2. Permitir ao pessoal do fornecedor o acesso ao local da entrega do objeto, desde que observadas as normas de segurança;

3.2.3. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do material;

3.2.4. Efetuar os pagamentos devidos observadas as condições estabelecidas;

3.2.5. Receber os Produtos entregues pela CONTRATADA, desde que estejam em conformidade com as especificações registradas.

3.2.6. Devolver com a devida justificativa, qualquer material entregue fora dos padrões e normas constantes do Edital e seus anexos

3.3. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

3.3.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

3.3.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

3.3.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

3.3.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

3.3.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

3.3.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

3.3.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

3.3.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

3.3.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

3.3.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

3.3.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

3.3.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

3.3.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

4.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

5.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21

Sustentabilidade

6.1. Deverão ser observado os critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, em especial.

6.1.1. O licitante, declarado vencedor da licitação, no momento da contratação, deverá apresentar o competente registro, em nome da empresa fabricante dos itens, o competente cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, na forma do código 1 – 5, do Anexo I, da Instrução Normativa IBAMA N° 13, de 23 de agosto de 2021.

Subcontratação

6.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

6.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

7. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea "e" e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

7.1. O prazo de entrega dos produtos será de 15 (quinze) dias úteis, contados do(a) a partir da solicitação, após a solicitação de cada órgão solicitante, devendo a entrega observar os quantitativos do órgão requisitante, contados do(a) recebimento da Ordem de Fornecimento e/ou Nota de Empenho, ou ainda outro documento equivalente, em remessa parcelada.

7.2. Os itens deverão ser entregues nos endereços informados no momento da solicitação do pedido.

7.3. Os produtos serão recebidos e conferidos por Servidores designados pela Autoridade Competente que atestarão o recebimento através de aposição de carimbo na Nota Fiscal.

7.4. Acaso seja definido um cronograma de entrega, o prazo de que trata o item 7.1. acima, será automaticamente alterado, cabendo ao contratado o fornecimento dos produtos nos dias e horário definidos de que trata os itens 7.5. e 7.6. que será anexado nos autos do processo para efeito de registro e conhecimento de todos, tornando-se parte integrante deste e obrigação de cumprimento por parte contratada.

7.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior. Não havendo tal comunicação, comprovada de

impedimento de fornecimento no prazo estipulado, a Contratante poderá abrir processo de advertência e penalidade nos casos de atraso nas entregas.

7.6. O bem deverá ser entregue no endereço definido no pedido e autorização de fornecimento, limitando-se a área do município de **Tobias Barreto**. O horário de entrega será nos horários de expediente do órgão contratante, entre 08h e 13h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados inclusive municipais. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço a Prefeitura Municipal, localizada na Praça Dom José Thomaz, S/N, Centro.

7.7. O bem será recebido provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.8. O bem poderá ser rejeitado, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de entrega estipulado no item 7.1., a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9. O bem será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.9.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço ou fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.11. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.

8. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

8.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/21) se publicou, o modelo da CAT, de Lei municipal e Decreto Municipal, que regulamenta a atuação e nomeação dos agentes locais, interessante citá-las e parametrizar.

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

9.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

9.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

9.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

9.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

9.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

9.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

9.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

9.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, conforme o caso e aplicação.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

11.1. O bem será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

11.2. O bem poderá ser rejeitado, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de entrega estipulado no item 7.1, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

11.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

11.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

11.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

11.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

11.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

11.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.12. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

11.13. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

11.17. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis na forma da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 77/2022**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

11.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IGP-M** de correção monetária.

Forma de pagamento

11.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

11.23. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

11.23.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

11.23.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

11.23.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

11.23.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

11.23.5. Aplica-se à cessão de crédito o termo limítrofe de 70% (setenta por cento) dos créditos, referente ao saldo total, atualizado, do devido à contratada, na forma do item 1.2., do Anexo, da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 82/2025.

11.23.6. Na hipótese de já haver uma cessão (ões) de crédito(s) pretérita(s), a nova operação compreenderá à diferença entre o saldo atualizado do crédito e o saldo devedor atualizado da operação antecessora, na forma da al. "a", do item 1.3., do Anexo, da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 82/2025.

11.24. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, com o modo de disputa aberto, com a adoção da Sistemática do Registro de Preços – SRP, com a possibilidade de renovação de quantitativos, quando da prorrogação, bem como a possibilidade de adesão por órgãos não participantes.

12.2. Justifica-se a adoção do modo de disputa aberto, pelo fato de promover um jogo de informação incompleta "puro", com conhecimento sequencial dos preços privados, conforme estratégia do licitante, o que acarretará no Esgotamento das estratégias de maximização dos lucros.

12.3. O critério de julgamento das propostas para a seleção do fornecedor da contratação em estudo será o de menor preço, conforme disposto no artigo 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, com a adjudicação do objeto global.

12.4. A adoção da sistemática do registro de preços, calca-se nas disposições arvoradas tanto nos Inc. I e V, do Art. 3°, do Decreto Federal N° 11.462/2023 quanto no Art. 82, da Lei Federal N° 14.133/2021 e, ainda, na forma dos Incs. I e IV, do Decreto municipal N° 1.608/2024. De modo sumário, pelas especificidades intrínsecas dos objetos almejados, vislumbra-se que o fornecimento será executado de forma parcelada, ao longo da vigência da ata vindoura; que não há como prevê, precisamente, a data em que se farão necessários, haja vista estarem afetas a eventos supervenientes e alheios à vontade administrativa, como a quebra antecipada de equipamentos, de modo irrecuperável e/ou que seu reaproveitamento, seja técnico-economicamente inviável de modo a antecipar a necessidade pelos itens, repito de forma superveniente.

12.5. De mais a mais, considerando as asserções do excerto supra, sobre a contratação de empresa para a execução dos fornecimentos granjeados ocorrerão mediante a SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP, com validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que nova pesquisa de preços comprove a vantajosidade do preço prorrogado, com renovação dos quantitativos, dado que, na forma da justificativa abaixo, há uma certa repetição dos quantitativos, muito embora haja alterações o que justifica à renovação dos quantitativos, dado que à alterações nos quantitativos serão mínimas, dentro da

margem genérica de não aquisição, comum às Ata de Registro de Preços, pois do revés, no vindouro, haverá a repetição de processo licitatório, com alterações relativamente mínimas, o que assoberba o influxo administrativo, despropositadamente, ressaindo inúmeros reflexos negativos, como a não disponibilidade de tempo necessário para maturação de processos outros, com maior grau técnico, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, c/c Art. 14, do Decreto Federal N° 1608/2024 e, ainda art. 15, Inciso IX, do Decreto Federal nº. 11.462/2023 c/c §3º, do Art. 14, do Decreto Municipal Nº 318/2024.

Assim, poder-se-á adotar a utilização do procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços – SRP, na forma do Art. 78, inc. IV e arts. 82 a 86, todos da Lei nº 14.133/2021 e regulamentação específica.

12.6. No mais, considerando que, pelos traços de eventualidade, ainda assim, remanesce um alto grau de repetição da demanda, pois, ainda que haja o consumo além do previsto, pelos populares que comparecerem nas repartições públicas, ou não, esse grau de flutuação, se encontra dentro da margem genérica de não contratação, total, dos itens previstos em ARP, ou seja, após o ocaso da Ata, provavelmente, o quantitativo vindouro será relativamente semelhante ao presente.

12.7. Nesse sentido, considerado que a parte principal do quantitativo poderá ser repetida após o decurso de 01 (um) ano de vigência da ARP, faz-se oportuno prevê que, quando da renovação, acaso constatada a manutenção da presente demanda, haver a renovação de quantitativos, na forma do §3º, do Art. 14, do Decreto municipal Nº 1.608/2024.

12.8. Por fim, considerando as características da presente contratação, principalmente a incidência da sistemática do Registro de preços, observa-se a pertinência da possibilidade de, na vindoura Ata de Registros de Preços – ARP, haver a possibilidade de, no decorrer da ata vindoura, haver a permissividade da utilização daquele instrumento, por outros órgãos não partícipes “caronas”, na forma do Art. 31 e seguintes, do Decreto Federal Nº 11.462, de 31 de março de 2023; haja vista que, com a presente possibilidade, os licitantes vislumbrarão que há a possibilidade dos quantitativos a serem adquiridos, poderem vir a ser mais ditosas e, assim, serem instigados a apresentarem, preços unitários, mais atrativo, importando, portanto numa clara economia de escala.

Exigências de habilitação

12.9. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

12.10. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.11. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.12. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

12.13. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.14. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.15. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.16. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

12.17. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.18. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

12.19. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.20. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.21. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.22. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.23. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal (conforme o caso) do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.24. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.25. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

12.26. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

12.26.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

12.26.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12.26.3. Comprovação de que recebeu os documentos, e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, na forma do Anexo (art. 67, VI da Lei nº. 14.133/21).

12.26.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.26.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência.
12.26.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Termo de Referência, o licitante será declarado vencedor.

12.26.11. As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão.

Qualificação Econômico-Financeira
12.27. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples; e

12.28. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

13.ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 1.399.978,63 (um milhão, trezentos e noventa e nove mil, novecentos e setenta e oito reais e sessenta e três centavos), conforme custos unitários apostos na Tabela acima.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Considerando que a pretensa contratação se opera sob a sistemática do Registro de Preços, informa-se que, o competente crédito orçamentário, será disponibilizado quando do momento da efetiva aquisição dos itens, na forma do §5°, do Art. 7°, do Decreto Municipal N° 1608/2024 c/c Art. 17, Decreto Federal N° 11.462, de 31 de março de 2023. Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Tobias Barreto/SE, 10 de novembro de 2026.

Responsável pelo Termo de Referência
Elaborado por: José Carlos Goes Arruda

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/2026

Minuta Ata de Registro de Preços

Aos _____dias do mês de _____, do ano de _____a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TOBIAS BARRETO,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 13.119.300/0001-36 com sede na Praça Dom José Thomaz, SN – Centro, Tobias Barreto/SE, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Adilson de Jesus Santos, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR**, considerando o julgamento do **PREGÃO ELETRÔNICO N° 022/2026**, para **Registro de Preços**, e a sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual e futura aquisição de materiais e equipamentos de informática destinados à infraestrutura das Secretarias e Departamentos Municipais de Tobias Barreto/SE e Órgãos Participantes, especificado no Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 022/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição**,** para suprir as necessidades do órgão público abaixo relacionado:

- Prefeitura Municipal de Tobias Barreto
- Fundo Municipal de Saúde
- Fundo Municipal de Assistência Social

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 – O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s), na forma do § 4°, do art. 18, do Decreto Federal N° 11.462/23, são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

2.2 – A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata, conforme inc. II e § 2°, ambos, do art. 18, do Decreto Federal N° 11.462/23.

CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO(S) GERENCIADOR

3.1 – O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Tobias Barreto.

3.2 – Órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ÓRGÃO	DADOS
Gerenciador	- PREFEITURA MUNICIPAL DE TOBIAS BARRETO
Órgãos Participantes	- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CLAUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares, na forma do art. 33 do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 c/c § 8°, do art. 86, da Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021.

CLÁUSULA QUINTA – VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

5.1 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, na forma do art. 23, do Decreto Federal N° 11.462/23.

CLÁUSULA SEXTA – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1 – A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84, da Lei federal N° 14.133/21.

6.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.2 – A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.3 – Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4 – Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

6.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

6.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.5 – O registro a que se refere o item 6.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.6 – Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.7 – A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

6.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.

6.8 – O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.9 – Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.10 – A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

6.11 – Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 6.7, observando o item 6.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.12 – Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

6.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada

CLAUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 – Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1 – Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2 – Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; e

7.1.3 – Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação; e

7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA OITAVA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1 – Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado, na forma do § 3°, do art. 28, do Decreto Federal N° 11.462/23.

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 – Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.7.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA NONA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços, na forma do art. 30, do Decreto Federal N° 11.462/2023.

9.2 – O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3 – O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4 – Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.5 – Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6 – Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7 – Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CLAUSULA DÉCIMA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1 – O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1 – Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2 – Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3 – Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

10.1.4 – Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.4.1 – Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão

fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
10.2 – O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
10.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
10.4 – O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1. Por razão de interesse público;
10.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
10.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

11.1 – Competências do ÓRGÃO GERENCIADOR:

11.1.1 – Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

11.1.2 – Providenciar a assinatura desta Ata, a publicação na Imprensa Oficial e o encaminhamento de sua cópia aos Órgãos Participantes, quando houver.
11.1.3 – Providenciar a indicação das **FORNECEDORAS** para atendimento às demandas, observada a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos.
11.1.4 – Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados; e
11.1.5 – Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na presente Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações.

11.2 – Competências da FORNECEDORA:

11.2.1 – Cumprir todas as regras acerca da execução ou aquisição do objeto, da fiscalização, das obrigações, pagamentos e demais disposições previstas na presente Ata de Registro de Preços.

11.2.2 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Tobias Barreto.
11.2.2.1 - A inadimplência da **FORNECEDORA**, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento a Prefeitura Municipal de Tobias Barreto, nem poderá onerar o objeto da presente Ata, razão pela qual a **FORNECEDORA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
11.2.3 – manter, durante toda a execução do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1 - Na forma do que dispõe o artigo 117, da Lei nº. 14.133/21 ficará designado servidor nomeado em portaria específica, apensa a este instrumento contratual, para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato.

12.2 - À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do fornecimento com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.
12.3 - A Representante anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.
12.4 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Representante deverão ser solicitadas a Autoridade Competente, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
12.5 - Não obstante a **FORNECEDORA** seja a única e exclusiva responsável pela execução desta Ata, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessas responsabilidades, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento, diretamente ou por prepostos designados.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1 – O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

13.1.1 – As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata, na forma do Art. 45, da Lei Federal N° 14.133/21.

13.2 – É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
13.3 – O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 10.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CONDIÇÕES GERAIS

14.1 – As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1 - Para quaisquer ações decorrentes da utilização da presente Ata de Registro de Preço fica eleito o Foro da Comarca de Tobias Barreto/SE, com exclusão de outro qualquer por mais privilegiado que seja.
15.2 - E, por se acharem justos e compromissados, assinam a presente Ata de Registro de Preços em

02(duas) vias de igual teor e forma e para um só efeito jurídico na presença das testemunhas abaixo identificadas.

_____
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOBIAS BARRETO
Órgão Gerenciador

_____
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Órgão Participante

_____
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Órgão Participante

_____
FORNECEDOR REGISTRADO

TESTEMUNHAS

_____**x**_____

ANEXO III

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

PREFEITURA DE TOBIAS BARRETO

(Processo Administrativo n°.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DE TOBIAS BARRETO/SE, POR INTERMÉDIO DO (A) ..... E .....

O município de Tobias Barreto, por intermédio da Prefeitura Municipal de Tobias Barreto/SE, com sede no(a) ....., na cidade de TOBIAS BARRETO/SE, inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicada no *DOU* de ..... de ..... de ....., portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na* ....., doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* ..... (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos,* tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico n. .../...*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é a contratação de XXXXXXXXXXXX destinados ao uso da XXXXXXXXX, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATM	UNIDA	QUANTIDADE	VALOR	VALOR

		AT	DEDEMEDIDA		UNITÁRIO	TOTAL
1						
2						
3						
...						

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência;

O Edital da Licitação;

A Proposta do contratado;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., na forma dos artigos 105 e 111 da Lei n° 14.133, de 2021.

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

O valor total da contratação é de R$..... (.....)

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 04*/11/2026 (quatro de novembro de dois mil e vinte e seis)*.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice *IPCA-E,* exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

São obrigações do Contratante:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

A Administração terá o prazo de *01 (um) mês*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida

Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. Moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
2. *Moratória de 0,5 % (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10 % (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*
    i. *O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 0,5% a 1% do valor do Contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 0,5 % a 1% do valor do Contrato.
5. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 1% do valor do Contrato.
6. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 1% do valor do Contrato.

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *30 (trinta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021).

O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:

Fonte de Recursos:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Nota de Empenho:

A indicação do crédito orçamentário será formalizada quando da formalização do presente instrumento contratual, na forma do art. 17, do Decreto Federal Nº 11.462/2023.

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

Fica eleito o Foro da comarca de Tobias Barreto para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2

ANEXO IV

Matriz de Gerenciamento de Riscos

(Processo Administrativo n °022/ 2026)

1. **Informações Básicas:**

1.1. Número da Matriz de Alocação de Riscos: 022/2026

1.2. Responsáveis: José Carlos Goes Arruda e Jacson dos Santos

1.3. Data: 29/09/2026

1.4. **Objeto da Matriz de Riscos:** Registro de Preços para eventual e futura aquisição de materiais e equipamentos de informática destinados à infraestrutura das Secretarias e Departamentos Municipais de Tobias Barreto/SE e Órgãos Participantes.

Riscos Identificados

IDENTIFICAÇÃO					AVALIAÇÃO [5]		TRATAMENTO AO RISCO		
RISCO	**Fase [1]**	**Evento de Risco [2]**	**Causas [3]**	**Consequências [4]**	**Probabilidade**	**Impacto**	**Nível de Risco P x I [6]**	**Resposta [7]**	**Responsável [8]**
R-01	Planejamento da Contratação – Setor de Compras	Preços de referência arrevesados, que não refletem a realidade de mercado.	Deficiência na elaboração do orçamento estimado	Definição de preços de referência que não refletem os praticados no mercado, com consequente impossibilidade ou dificuldade de avaliar adequadamente a exequibilidade das propostas apresentadas pelos licitantes.	1	4	**4**	O setor de compras e/ou qualquer outro, eventualmente incumbido de empreender tal fase de planejamento, deverá atentar para as prescrições técnicas contidas na Instrução Normativa SEGES/ME N° 65, de 07 de julho de 2021, bem como as prescrições técnicas engendradas pelos órgãos de controle,	**Contratante**

								como o fito de conceber preço de referência que reflita a realidade de mercado.	
R-02	Planejamento da Contratação	Não assistir interessados no pregão	"falha na divulgação do instrumento contratual"	Não formalização de instrumento	1	4	**4**	Em primeiro momento, acaso haja tempo viável, empreender uma nova publicação minudente. Em não sendo viável adotar medidas administrativas diversas, podendo culminar, inclusive, na possibilidade de contratar emergencialmente; abertura de PAAP	**Contratado**
R-03	Planejamento da Contratação	As empresas não conseguirem atender aos comandos edilícios	"Falha na estipulação dos comandos do edital"	Não formalização de instrumento	1	4	**4**	Em primeiro momento, acaso haja tempo viável, empreender uma nova publicação minudente. Em não sendo viável adotar medidas administrativas diversas, podendo culminar, inclusive, na possibilidade de contratar emergencialmente; abertura de PAAP	**Contratado**
R-04	Planejamento da Contratação	Especificação e quantidade insuficiente dos produtos	Falta de verificação ou verificação incorreta da necessidade das unidades.	Possibilidade de aquisição de material ineficiente que não fornecer o material adequado para o desempenho dos serviços públicos	1	4	**4**	Descrever o (s) item (ns) e quantidades do certame licitatório de forma a atender as especificações necessárias para o pleno atendimento das necessidades.	**Contratado**
R-05	Planejamento da Contratação	Fixação, no edital, de prazo de validade das propostas insuficiente para a conclusão do certame e formalização do contrato	Alta complexidade do objeto e pouca expertise da equipe responsável	Consequente liberação dos licitantes dos compromissos assumidos em suas propostas (art. 90, § 3º) antes de formalizada a contratação e impossibilidade ou dificuldade de contratar nas condições ofertadas pelo vencedor, de negociar melhores condições com os remanescentes ou até mesmo contratar nas condições originais por eles ofertadas (art. 90, §§ 2º e 4º).	2	4	**8**	O setor técnico deverá, quando da elaboração dos atos inerentes ao planejamento, concebe-lo de modo portentoso, de modo a fornecer à equipe de licitação os elementos mínimos necessários para conceber, de modo perfunctório, os comandos editalícios. Mesmo adotando todas as precauções, acaso o evento se materialize: Em primeiro momento, empreender a convocação, mesmo liberado do compromisso, do primeiro colocado, para a celebração contratual.	**Contratante**

								Em segundo momento, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, na forma do §2º, do Art. 90, da Lei Nº 14.133/2021; Em terceiro momento, na hipótese de nenhum licitante aceitar praticar as condições do 1º (primeiro) colocado, deverá: convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário, na forma do Inc. I, do §4º, do Art. 90, da Lei Nº 14.133/2021; Em quarto momento, acaso as negociações aludidas no parágrafo anterior, restar fracassada, adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição, na forma do Inc. II, do §4º, do Art. 90, da Lei Nº 14.133/2021; e Por fim, acaso nenhuma das situações anteriores logrem êxito, avaliar a pertinência de repetição do certame, ou, em caso de extrema urgência e pertinência, contratar emergencialmente; abertura de PAAP	

R-06	Licitatória	Seleção de fornecedor sem condições de cumprir o contrato	Entendimento de que a busca por resultado mais vantajoso para a Administração prevalece sobre o princípio básico de vinculação ao edital, levando à aceitação de proposta que esteja em desconformidade com o edital e à quebra da isonomia entre os participantes	(1) Consequentes questionamentos, paralisação do certame e atraso do atendimento da necessidade da administração; (2) Falha na análise das propostas apresentadas, levando à ausência de identificação de encargos tributários superdimensionados nas planilhas de preços, com consequente contratação por valores mais elevados (3) Licitante vencedora apresenta proposta com preços de alguns itens abaixo do mercado (subpreço) e de outros itens acima do mercado (sobrepreço), mas de forma que o valor global de sua proposta seja o menor, levando à contratação de proposta que não reflete a realidade dos preços de mercado (contendo "jogo de planilhas"), com consequente superfaturamento contratual (danos ao erário) em caso de utilização, mediante termo aditivo ao contrato, de quantidade maior dos itens com sobrepreço e/ou menor dos itens com subpreço.	2	3	**6**	O setor de licitações, quando da realização da sessão, deverá se precatar no ato de julgamento das propostas, de modo a, em especial, solicitar auxílio técnico dos órgãos competentes para discernir, em eventual incidência, de erro essencial, que não pode ser convalidado, importando, assim, na desclassificação da proposta, como modo de resguardar o interesse público, bem como procedendo a compete motivação dos atos, na forma do Acórdão N° 977/2024 – Plenário – TCU, como meio de inibir a apresentação de esclarecimentos, recursos e/ou medidas judiciais que protelem a conclusão do processo.	**Contratante**
R-07	Licitatória	Ocorrência de agudização do princípio da vinculação do princípio da vinculação ao instrumento editalício e, por excesso de formalismo, desclassificar proposta vantajosa para administração.	Falta de capacidade técnica do agente ou dos membros da comissão de contratação, levando à desclassificação precipitada de proposta por erro sanável	Consequentes questionamentos, paralisação do certame e atraso do atendimento da necessidade da Administração	2	3	**6**	O setor de licitações, quando da realização da sessão, deverá se precatar no ato de julgamento das propostas, de modo a, em especial, solicitar auxílio técnico dos órgãos competentes para discernir, em eventual incidência, de erro essencial, que não pode ser convalidado, importando, assim, na desclassificação da proposta, como modo de resguardar o interesse público, bem como procedendo a compete motivação dos atos, na forma do Acórdão N° 977/2024 – Plenário – TCU, como meio de inibir a apresentação de	**Contratante**

								esclarecimentos, recursos e/ou medidas judiciais que protelem a conclusão do processo.	
R-08	Licitatória	Desclassificação de propostas, por inexequibilidade, sem que se seja franqueado à oportunidade em se demonstrar a exequibilidade.	Ante a ausência de capacidade técnica, o agente de contratações e/ou membros da comissão de contratação podem empreender desclassificação sumária de proposta sem realizar diligências para aferir a exequibilidade ou exigir do licitante que ela seja demonstrada	Consequente perda de oportunidade de obter resultado mais vantajoso para a Administração, ou questionamentos e paralisação do certame	1	4	**4**	O setor de licitações, quando da realização da sessão, deverá observar o princípio do formalismo moderado, bem como o §2° do Art. 59, da Lei Federal N° 14.133/2021, sempre que viável, sempre devendo registar suas motivações de modo robusto, em reverência ao princípio da motivação e, em especial, conforme o orientado pelo emérito Tribunal de Contas da União – TCU, quando da prolação do Acórdão N° 977/2024 – Plenário.	**Contratante**
R-09	Licitatória	Aceitação de proposta com preços inexequíveis	Falta de capacitação, bem como desídia e/ou incúria, dos servidores públicos incumbidos tal empreitada	(1) o contratado vem a pleitear frequentes alterações contratuais para elevar a sua remuneração, com consequente aumento do custo da fiscalização do contrato para gerir os frequentes conflitos com o fornecedor. (2) o contratado tende ao inadimplemento da obrigação pelo contratado ou à redução da qualidade do objeto a nível inferior ao contratado, com consequente não atendimento da necessidade da Administração.	1	4	**4**	O setor de licitações, quando da realização da sessão, deverá se precatar no ato de julgamento das propostas, de modo a, em especial, solicitar auxílio técnico dos órgãos competentes para discernir, em eventual incidência, de erro essencial, que não pode ser convalidado, importando, assim, na desclassificação da proposta, como modo de resguardar o interesse público, bem como procedendo a compete motivação dos atos, na forma do Acórdão N° 977/2024 – Plenário – TCU, como meio de inibir a apresentação de esclarecimentos, recursos e/ou medidas judiciais que protelem a conclusão do processo.	**Contratante**
R-10	Licitatória	Realização de negociação, para com o licitante, de modo, tacanho efêmero, não conseguindo condições mais benéficas para à administração.	Ausência de parâmetros para conduzir negociação com os licitantes remanescentes e avaliar os descontos obtidos, além de pouca expertise do	insegurança na condução da negociação e à adoção de critérios subjetivos, com consequentes: a) dificuldade de obter condições mais vantajosas para a Administração;	3	3	**9**	O setor de licitações, quando da realização da sessão, deverá se precatar no ato de negociação das propostas, de modo a, em especial, solicitar auxílio técnico dos órgãos	**Contratante**

			agente ou dos membros da comissão de contratação em técnicas de negociação.	b) desclassificações precipitadas de propostas que estejam acima do orçamento estimado; c) precipitação em aceitar propostas ou em reputar como frustrada a negociação; d) tentativa de negociação "a qualquer custo", porém, com comprometimento da exequibilidade da proposta ou com a diminuição de qualidade do objeto ofertado; e) questionamentos sobre quebra de isonomia e atraso na contratação.				competentes para discernir, se, quando da negociação, poderá utilizar de estratagemas mais sofisticados, com o azo de conceber preço mais vantajoso, como modo de resguardar o interesse público, bem como procedendo a compete motivação dos atos, na forma do Acórdão N° 977/2024 – Plenário – TCU, como meio de inibir a apresentação de esclarecimentos, recursos e/ou medidas judiciais que protelem a conclusão do processo.	
R-11	Licitatória	Recusa na assinatura do instrumento,	"Provável desídia da eventual contratada"	Não formalização de instrumento	2	4	**8**	Em primeiro momento, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, na forma do §2º, do Art. 90, da Lei Nº 14.133/2021;	**Contratante**
R-12	Licitatória	O licitante,por questões técnicas, não consegue proceder a assinatura do instrumento contratual	"Dificuldade do licitante, em proceder à assinatura, por diversos fatores, entre eles, destacam: Se for eletrônico, problemas de conexão de Internet e/ou problemas com o token e congêneres; Se for presencial, dificuldade com o deslocamento até o órgão; e Em todo caso, acaso seja requirido algum critério de apresentação de documento, como condição à assinatura do Contrato, o licitante não conseguir providenciar.	Não formalização de instrumento	2	4	**8**	Em primeiro Momento, prorrogar o prazo concedido para a assinatura do contrato, na forma do §1º, do Art. 95, da Lei Nº 14.133/2021. Em segundo momento, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, na forma do §2º, do Art. 90, da Lei Nº 14.133/2021; Em terceiro momento, na hipótese de nenhum licitante aceitar praticar as condições do 1º (primeiro) colocado, deverá: convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de	**Contratado**

								preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário, na forma do Inc. I, do §4º, do Art. 90, da Lei Nº 14.133/2021; Em quarto momento, acaso as negociações aludidas no paragrafo anterior, restar fracassada, adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição, na forma do Inc. II, do §4º, do Art. 90, da Lei Nº 14.133/2021; e Por fim, acaso nenhuma das situações anteriores logrem êxito, avaliar a pertinência de repetição do certame, ou, em caso de extrema urgência e pertinência, contratar emergencialmente; abertura de PAAP	
RC-13	Licitatória	No caso de necessidade de empreender negociações, para com os licitantes remanescentes, para contratação, na forma do Inc. I, do §4º, do Art. 90, da Lei Federal Nº 14.133/2021, esta ser módica e aquém do necessário.	Ausência de Expertise necessária, dos servidores competentes, para conduzir as negociações, e avaliar os descontos obtidos, levando-se para a tentativa de negociação "a qualquer custo", porém, com comprometimento da exequibilidade da proposta ou com a diminuição de qualidade do objeto ofertado; questionamentos sobre quebra de isonomia e atraso na contratação	Ausência de expertise técnica, dos servidores responsáveis pela negociação e/ou ausência, no processo de licitação, de balizas técnicas que auxiliem os servidores	3	4	**12**	Capacitação dos servidores envolvidos com a negociação, bem como o estabelecimento de balizas técnicas no processo de licitação, para auxiliar os negociadores. Mesmo Adotando as medidas anteriores, acaso o cenário se consubstancie, analisar os danos impostos, mediante abertura de PAAP, para analisar se o erro será convalidado, se há a possibilidade de retificação, seja mediante reequilíbrio econômico-financeiro, seja por empreendimento de aditivo qualitativo, e, em não sendo viável, analisar a pertinência de rescisão e, acaso possível, convocação dos demais licitantes para contratação de remanescente, ou,	**Administração e/ou contratado desidioso**

								em sendo pertinente, contratação emergencial, com consequente aporte do licitante, eventualmente desidioso.	
R-14	Gestão do Contrato	Seleção indevida do eventual fornecedor	Falha no setor de aquisição, licitações e contratos em analisar de forma criteriosa as condições de habilitação e os requisitos mínimos a serem cumpridos pelo licitante no certame.	Interrupção no fornecimento dos itens afetos à material de informática	1	4	**4**	Contratar emergencialmente; abertura de PAAP constatadas em processo administrativo aberto para este fim	**Contratado**
R-15	Gestão do Contrato	Apresentação de documentação falsa, ou vencida, no ato da contratação	Má-fé ou inobservância da Contratada; não verificação por parte da Administração	Contratação de empresa indevidamente.	1	2	**2**	Exigir apresentação de documentos originais ou com cópias autenticadas. No ato do recebimento, conferir com os originais. Consulta em *sites* de órgãos oficiais	**Contratado/ Gestão**
R-16	Gestão do Contrato	Fornecimento de forma ineficaz ou em níveis de produtividade insuficiente.	Fiscalização ineficiente do serviço pelo fiscal de contrato. Falta de um método de medição da qualidade do serviço prestado pela contratada por parte do fiscal de contrato.	1.Haverá prejuízos às atividades das Unidades administrativas. 2 Os materiais não atenderão todas as necessidades das Unidades	3	3	**9**	Realizar a fiscalização do contrato de forma assídua e eficaz. Estabelecer um índice de medição do serviço eficiente, conforme as especificações do instrumento convocatório.	**Contratado/ Fiscalização**
R-17	Gestão do Contrato	Atraso no cumprimento do prazo de início fornecimento dos insumos de material de informática, bem como fornecimento menor.	Displicência da Contratada e falha na fiscalização	Risco de não fornecimento do objeto	5	4	**20**	Notificação da Contratada, determinação de fornecimento e abertura de Procedimento Administrativo de Aplicação de Penalidade.	**Contratado/ Fiscalização**
R-18	Gestão do Contrato	Quando da Execução do objeto contratual, houver ágio no preço dos insumos bases	Devido a fatores externos, os itens, poderão torna-se demasiados altos, de modo a serem totalmente dicotômicos ao que lastreou a formulação da proposta	Risco de rescisão contratual devido pelo contratado, já que este não poderá ser obrigado a comportar situação que o prejudique, pois, na forma do art. 884, do Código civil, ele terá direito a rescisão em ônus para ambas as partes	2	4	**8**	Solicitação e/ou resposta, com a máxima brevidade, dos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, para, em sendo possível, fazê-lo, e, em não sendo, adotar outra medida administrativa diversa.	**Contratado/ Fiscalização**
R-19	Gestão do Contrato	Considerando que se vislumbra prorrogações contratuais, por se tratar de serviço de caráter frequente, o orçamento base da licitação e/ou propositura da	Simples decurso do tempo	Risco de rescisão contratual, pleiteada pelo contratado, já que o valor estará abusivo para e, inexoravelmente, teremos de rescindi-lo, já que, acaso houve-se a manutenção, sem	4	4	**16**	Solicitar e/ou responder de forma célere, o procedimento de reajuste, com o fim de preservar equilíbrio-financeiro, evitando, conquanto, o	**Contratado/ Fiscalização**

		proposta do licitante ultrapassará 01 (um) ano.		qualquer alteração nos termos, sob pena de configuração de enriquecimento ilícito.				desabastecimento do serviço.	
R-20	Gestão do Contrato	Aumento, superveniente, da necessidade dos itens nas unidades administrativas.	Motivos supervenientes, quaisquer que sejam, alheios à vontade administrativo, que aumente a necessidade dos itens para atender as necessidades do município.	Risco de desabastecimento pleno, e, por consequência, não fornecimento a contento, dos itens	2	4	**8**	Proceder à análise do aumento, acaso ficar restrito aos limites dispostos no Art. 125, da Lei N° 14.133/2021; acaso o valor supere o limite dito acima, análise para publicação de novo certame e/ou outra medida mitigadora diversa	**Contratado/ Fiscalização**
R-21	Gestão do Contrato	Falta de capacidade técnica das comissões processantes, falta de clareza acerca das responsabilidades e dos procedimentos para condução dos processos administrativos com vistas à apuração de infrações relacionadas à execução do contrato, e normas pertinentes para condução desses processos estão esparsas, levando à não instauração dos processos ou à instrução dos processos sem os elementos mínimos necessários à validade (p. ex., estabelecimento da conduta, tipificação, nexo de causalidade, culpabilidade, provas, garantia de contraditório e ampla defesa)	Falta de capacidade técnica na estipulação dos termos contratuais, e/ou falta de capacitação dos da equipe de fiscalização	consequente nulidade dos procedimentos, quando aplicados, impossibilidade de sancionar o contratado pelas infrações cometidas, sensação de impunidade, e ambiente propício à recorrência de irregularidades na execução do contrato.	2	5	**10**	De modo prévio, proceder tanto a capacitação dos membros, responsáveis pela fiscalização e equipe responsável pela elaboração das diretrizes. Consequentemente, elaboração de termos contratuais mais precisos. Mesmo com as precauções, acaso o risco se materialize, rescisão do termo contratual, com consequente deflagração do PAAD, bem como proceder as medidas necessárias para prover a continuidade do abastecimento, seja com a convocação dos demais licitantes, para execução de remanescente, na forma do §6°, do Art. 90, da Lei N° 14.133/2021.	**Contratado/ Fiscalização**
RC-22	Gestão do Contrato	Falta de previsão de sanções específicas para obrigações relevantes do contrato, juntamente com a ausência de definição clara da irregularidade, da forma de cálculo da sanção e das evidências necessárias para a penalização	Falta de capacidade técnica na estipulação dos termos contratuais, e/ou falta de capacitação dos da equipe de fiscalização	levando à dificuldade de identificar o desvio a ser sancionado, de determinar o prejuízo causado e de calcular a sanção proporcional a ele, com consequente dificuldade para aplicar sanções que contribuam para trazer o contrato à normalidade, ou até mesmo a anulação das sanções aplicadas.	2	5	**10**	De modo prévio, proceder tanto a capacitação dos membros, responsáveis pela fiscalização e equipe responsável pela elaboração das diretrizes. Consequentemente, elaboração de termos contratuais mais precisos. Mesmo com as precauções, acaso o risco se materialize, rescisão do termo contratual, com consequente deflagração do PAAD, bem como proceder as medidas	**Contratado/ Fiscalização**

								necessárias para prover a continuidade do abastecimento, seja com a convocação dos demais licitantes, para execução de remanescente, na forma do §6°, do Art. 90, da Lei N° 14.133/2021.	
RC-23	Gestão do Contrato	Falta de consideração da dosimetria na aplicação de sanções (Lei 14.133/2021, art. 156, § 1º: natureza e a gravidade da infração, peculiaridades do caso concreto, circunstâncias agravantes ou atenuantes, danos)	Ausência e/ou capacitação inefetiva da equipe responsável pela fiscalização.	levando à falta de proporcionalidade e de razoabilidade da decisão, com consequentes questionamentos e anulação das sanções.	2	5	**10**	De modo prévio, proceder tanto a capacitação dos membros, responsáveis pela fiscalização e equipe responsável pela elaboração das diretrizes. Consequentemente, elaboração de termos contratuais mais precisos. Mesmo com as precauções, acaso o risco se materialize, rescisão do termo contratual, com consequente deflagração do PAAD, bem como proceder as medidas necessárias para prover a continuidade do abastecimento, seja com a convocação dos demais licitantes, para execução de remanescente, na forma do §6°, do Art. 90, da Lei N° 14.133/2021.	**Contratado/ Fiscalização**
RC-24	Gestão do Contrato	Falta de atualização ou atualização intempestiva do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep)	Tal evento pode ser originado tanto da falta de capacitação da equipe técnica responsável quanto influxo de demandas assoberbante, levando a não disponibilização de tempo hábil para tanto	falta de publicidade da sanção aplicada e à ilegalidade por afronta ao art. 161 da Lei 14.133/2021, com consequente ineficácia da sanção e participação indevida em licitações e/ou contratação, por outras organizações públicas, de empresa com restrições.	2	5	**10**	Proceder tanto a capacitação da equipe técnica, quando estabelecer um fluxo administrativo equilibrado, para que estes possam dispor do tempo necessário para desempenhar suas funções. Mesmo com as precauções, acaso o risco se materialize, rescisão do termo contratual, com consequente deflagração do PAAD, bem como proceder as medidas necessárias para prover a continuidade do abastecimento, seja com a convocação dos demais licitantes, para execução de remanescente, na forma do §6°, do Art. 90, da Lei N° 14.133/2021.	**Contratado/ Fiscalização**

RC-25	Gestão do Contrato	Desconhecimento, por parte dos responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato, bem como do contratado, das sanções que podem ser aplicadas	Falta de transparência quanto aos termos pactuados.	execução contratual com aplicação intempestiva de sanções ou sem aplicação de sanções, com consequente não atendimento da necessidade da contratação, atritos entre as partes e contratações reiteradas de empresas que não entregam os objetos contratados adequadamente, pois não apresentam registros que as desabonem, bem como judicializações.	2	5	**10**	Divulgação ostensiva dos termos contratuais, inerente às sanções e eventuais litígios. Mesmo com as precauções, acaso o risco se materialize, rescisão do termo contratual, com consequente deflagração do PAAD, bem como proceder as medidas necessárias para prover a continuidade do abastecimento, seja com a convocação dos demais licitantes, para execução de remanescente, na forma do §6°, do Art. 90, da Lei N° 14.133/2021.	**Contratado/ Fiscalização**
RC-26	Gestão do Contrato	Receio do gestor de ser responsabilizado pela manutenção de contrato eivado de ilegalidade insanável ou entendimento de que contrato viciado deve ser anulado a todo custo	Falta de discernimento sobre os impactos inerentes a cada evento que possa vir a se consubstanciar, no sentido de não conseguir definir se o erro é passível de convalidação ou não.	Anulação precipitada do contrato, sem uma avaliação prévia dos impactos da medida, com consequentes prejuízos ainda maiores ao interesse público, incluindo a interrupção de atividades essenciais e a condenação a indenizar o licitante contratado por danos e perdas sofridos (caso a ilegalidade não seja de sua responsabilidade).	2	4	**8**	Capacitação do servidor responsável por elidir a situação, em especial, com o fornecimento de subterfúgios que auxiliem na apreciação da dimensão do erro materializado, com vista a manuteni o contrato intricado, ou em não sendo possível, adotar medidas administrativas diversas, como, a convocação de licitante para execução de remanescente, na forma do §6°, do Art. 90, da Lei Federal N° 14.133/2021.	**Contratado/ Fiscalização**

1. Descrição da fase prevista para contratação.
2. O evento de risco incerto que, se ocorrer, afeta a realização dos objetivos da contratação.
3. Condições que viabilizam a concretização de um evento de risco.
4. Identificação de quais são as consequências no caso da ocorrência do risco.
5. A avaliação da probabilidade e do impacto deverá ser analisada em uma escala de 1 a 5, conforme definida na tabela abaixo:

ESCALA DE PROBABILIDADE		
DESCRITOR	**DESCRIÇÃO**	**NÍVEL**
Muito Baixa	**Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência**	**1**
Baixa	**Evento casual e inesperado, muito embora raro, há histórico de sua ocorrência**	**2**

ESCALA DE IMPACTO		
DESCRITOR	**DESCRIÇÃO**	**NÍVEL**
Muito Baixa	**Impacto insignificante nos objetivos**	**1**
Baixa	**Impacto mínimo nos objetivos**	**2**

Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido	3		Média	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido	4		Alta	Impacto significante nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante	5		Muito Alta	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação	5

6. Após o resultado do cálculo de probabilidade x impacto será obtido o nível do risco, que poderá ser classificado como baixo, médio, elevado e extremo, conforme tabela abaixo:

NÍVEL DE RISCO	
1 – 2	Baixo
3 – 6	Médio
7 – 13	Elevado
14 – 25	Extremo

7. Tratar o risco consiste em propor ações para prevenir, transferir, mitigar ou aceitar o risco. Neste campo, deve-se descrever a ação/resposta mais adequada para o tratamento do risco identificado.
8. Identificar o responsável ou responsáveis pela ação proposta.

2. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

2.1. Nenhum acompanhamento incluído.

3. Responsáveis:

3.1. Setor Demandante e Equipe de Planejamento.

- **Técnicos e requisitantes responsáveis pela elaboração da Matriz de Risco:** A elaboração desta Matriz de Risco foi conduzida por uma equipe multidisciplinar de técnicos especializados na área da Administração, composta por profissionais capacitados e experientes na área descrita neste documento. Este grupo, Setor demandante e equipe de planejamento, uniu seus conhecimentos técnicos-operacionais para garantir a precisão e abrangência das informações contidas neste documento. A atuação conjunta desses profissionais assegurou a compilação de requisitos essenciais, a definição clara dos parâmetros técnicos e a adequada reflexão das necessidades de todas as secretarias desta municipalidade.

_____
Secretaria Municipal de Administração
Setor Demandante

Integrante da equipe de planejamento responsável pelas orientações gerais desta Matriz de Risco: Um membro-chave da equipe de planejamento desempenhou papel fundamental na orientação e coordenação desta Matriz de Risco. Este integrante, detentor de conhecimentos abrangentes sobre

aspectos operacionais e regulamentares pertinentes a aquisição dos itens de materiais de informática para o fornecimento dos mesmos nas unidades deste município. O técnico foi responsável por fornecer as diretrizes gerais que orientaram a elaboração deste documento. Sua gestão e sua compreensão aprofundada dos objetivos, garantiram que as orientações refletissem as necessidades específicas e a visão estratégica da Secretaria Municipal de Administração de Tobias Barreto/SE.

_____

José Carlos Goes Arruda
Integrante da Equipe de Planejamento

_____

Jacson dos Santos
Integrante da Equipe de Planejamento